

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLIV • Nº 452 • Brasília-DF • Janeiro/Fevereiro 2023

Esperança Teimosa

A proteção das vidas indígenas exige medidas contundentes contra invasores e a retomada das demarcações. O início do ano demonstrou que a violência contra os povos originários permanece estrutural e exige do governo ações enérgicas para proteger as vidas indígenas e impedir a impunidade

Página 3

"Nunca mais sem nós":
ministério e fundação dos
povos indígenas

Páginas 8 e 9

Yanomami ontem, hoje e amanhã:
missionários do Cimi trazem à
memória o histórico de violência
contra o povo Yanomami

Página 11

O calvário lento e doloroso
dos Yanomami
Por Enoch Taurepang

Página 15

Sepé Tiaraju, suas causas são as mesmas de hoje

Por **Roberto Liebgott**, do Cimi Regional Sul

Em 7 de fevereiro, celebra-se o dia de Sepé Tiaraju, líder Guarani assassinado pelos invasores espanhóis e portugueses, no ano de 1756.

Sepé vivia e liderava seu povo no período em que os Sete Povos das Missões se tornavam centros de referência alternativos ao modelo de colonização que se impunha pelas potências mundiais de Espanha, Portugal, França e Inglaterra.

Os Sete Povos das Missões tinham estruturas econômicas, políticas e formas organizativas que se distinguiam daquelas dos conquistadores, pois primavam pelas relações comunitárias e não pela ganância e covardia.

Embora se tenham inúmeras críticas quanto aos jesuítas, por seus métodos de atração, convencimento e imposições religiosas aos povos indígenas, existem registros históricos de que nos Sete Povos das Missões primava-se pelo uso comum da Mãe Terra, bem como pelos bons modos de cultivá-la e protegê-la.

A cobiça e as disputas pela Mãe Terra, por seus bens e domínios, fizeram com que os colonizadores a invadissem, destruíssem e matassem seus filhos sem piedade, sem nenhum escrúpulo, pois o que lhes interessavam eram o aniquilamento dos povos originários e de seus modos de ser e viver.

Foi nesse ambiente de lutas contra os invasores que Sepé Tiaraju se destacou como líder, comandante, guerreiro. Ele e milhares de homens e mulheres colocaram seus corpos e espíritos integralmente em defesa da Mãe Terra, de seus filhos, filhas e de toda a natureza.

As batalhas contra os exércitos de Espanha e Portugal foram dramáticas e, o que nunca se viveu antes, tornaram-se cotidianas, ou seja, feriam e derramavam os sangues dos corpos indígenas, matando-os, promovendo desespero e dor através dos aprisionamentos, escravização, tortura e disseminação de doenças contagiosas.

Décadas e décadas se passaram e a paz nunca chegou. Os assassinos não deram trégua, apesar de toda a disposição, organização e resistência dos povos e das tentativas dos líderes indígenas de negociar com os governos estrangeiros que os agrediam.

Até que, num dos acordos de trégua, houve a traição e a emboscada, na Sanga da Bica, onde se consumou o intento e Sepé Tiaraju foi assassinado. Na sequência, chacinaram os seus guerreiros na Coxilha do Caiboatê, localizada, hoje, no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul.

Depois do covarde massacre, o corpo de Sepé Tiaraju desapareceu, mas os Mbya

Guarani afirmam que ele fora elevado ao alto dos Céus, onde se tornou um Facho de Luz a irradiar os caminhos dos sobreviventes de seu povo, que caminham constantemente na busca da Terra Sem Mal.

Sepé Tiaraju de ontem torna-se presença nas lutas de hoje. Assim afirmam os líderes espirituais Mbya Guarani, quando, todos os anos, lembram e celebram a sua memória e de suas e seus guerreiros e guerreiras.

O passado sangrento de séculos se assemelha ao genocídio de hoje, quando terras são invadidas e devastadas por milicianos, garimpeiros, fazendeiros, grileiros e empresários especuladores de riquezas. Esses sujeitos da morte estão sendo protegidos e acobertados por políticos e governantes inescrupulosos.

Sepé Tiaraju, hoje, se faz presente no sofrimento e martírio do povo Yanomami, que tem suas mulheres violentadas, seus maridos assassinados ou escravizados, que tem seus bebês, crianças e jovens desnutridos, morrendo de fome ou contaminados pelo mercúrio e pelas doenças introduzidas e disseminadas dentro do território.

Sepé está presente nas retomadas de terras, nas lutas por demarcações, nos acampamentos de beira de estradas, às margens de rodovias – sem habitação, sem terra, sem comida, sem água, sem assistência e sem esperança, a não ser aquela transmitida pelas religiosidades e ancestralidades.

Sepé Tiaraju está lá em Rondônia, onde garimpo é incessante, onde fazendeiros insanos incendeiam e destroem as florestas; ele está no Pará, onde os Mundurucu são violentados; está no Amazonas e no Acre, onde os Kanamari e Madija são brutalizados; está em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde os Xokleng, Kaingang, Charrua e

Mbya foram desterritorializados; está no Paraná, onde os Avá Guarani são tratados com desprezo e racismo; está em Pernambuco, na Bahia, no Ceará, em Minas Gerais, onde a violência contra jovens não cessa; está em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul entre os Terena, Kaiowá, Myky, Xavante, Nambikwara que perdem territórios dia após dia; está em São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, onde a devastação das florestas compromete o futuro dos povos.

Sepé Tiaraju está nas cosmovisões, está nos mártires Galdino Pataxó, Xicão Xukuru, Maninha Xukuru-Kariri, Marçal de Souza Tupã'i, Ângelo Kretã, Paulino Paulinho Guajajara, Oziel Terena e tantas e tantos líderes que perderam a vida em defesa de seus direitos fundamentais.

Sepé está nas lutas pela demarcação e garantia das terras e contra o marco temporal, na busca pela consolidação de políticas de saúde e educação diferenciadas. Está no combate ao racismo, à fome, à violência sistêmica contra indígenas, quilombolas, moradores, moradoras de ruas e dos pobres pequenos agricultores.

Sepé Tiaraju está nos indígenas em contextos urbanos, nas mobilizações e movimentos por justiça, liberdade, igualdade e paz. Ele está nas lutas das mulheres que se articulam em pautas comuns de resistência ao machismo, homofobia, aos abusos e todas as formas de preconceito e discriminação.

Sepé vive nas religiosidades indígenas, nos Encantados de Luz, nas Forças da Natureza e ilumina, com as outras guerreiras e guerreiros que tombaram em defesa da Mãe Terra e da Vida os caminhos de resistência ao abuso sistêmico, ao desrespeito e ao genocídio imposto, que parece incessante.

Sepé Tiaraju, Presente!

Porantinadas

Sem provas

No dia 15 de abril de 1998, o então deputado Jair Bolsonaro (RJ) subiu à tribuna da Câmara para repercutir a declaração de um general das Forças Armadas dos Estados Unidos que defendia a intervenção norte-americana na Amazônia. Bolsonaro aproveitou o gancho para criticar a “Cavalaria brasileira” por não ter dizimado os indígenas, tal como haviam feito os Estados Unidos. O pronunciamento está nos arquivos sonoros, mas o trecho em que o então deputado elogia a cavalaria norte-americana pelo massacre indígena desapareceu. Foram, ao todo, quatro parágrafos e meio suprimidos. Também sumiu o trecho em que Bolsonaro lamenta a rejeição da urgência para a votação do seu projeto de decreto legislativo que anulava a reserva Yanomami. (Com informações do Congresso em Foco).

Sem sigilo

No dia 26 de outubro de 2021, em visita a um garimpo ilegal dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) gastou R\$ 163 mil de verba pública do cartão corporativo. Destes, R\$ 109 mil em um restaurante de Boa Vista onde os valores médios das marmitas variam entre R\$ 17 e R\$ 23. A informação foi dada pelo portal Metrôpoles e faz parte da série de revelações sobre os gastos de Bolsonaro, que deixou de ser considerado sigiloso com o fim do mandato do então-presidente. Oficialmente, a ida de Bolsonaro a Roraima seria para visitar as instalações de acolhida aos imigrantes venezuelanos, mas, aproveitando que estava pelo estado, o então presidente deu uma passadinha por uma das estruturas de garimpo clandestino montadas dentro de território indígena, que deveria ser protegido pelo governo federal contra a invasão de garimpeiros. Essa iniciativa, mais os discursos pró-garimpo constantemente feitos por Bolsonaro, reforçaram a invasão das TIs em toda a Amazônia pelos garimpeiros. (Com informações de ((o)eco).

Sem ação

No dia 30 de janeiro de 2023, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a investigação da possível prática dos crimes de genocídio de indígenas e de desobediência de decisões judiciais por parte de autoridades do governo de Jair Bolsonaro. O ministro tomou a decisão após a apresentação de dados sobre a grave situação enfrentada por comunidades indígenas, como a Yanomami. Barroso afirma que os dados reunidos indicam um “quadro gravíssimo e preocupante, sugestivo de absoluta anomia (ausência de regras) no trato da matéria, bem como da prática de múltiplos ilícitos (crimes), com a participação de altas autoridades federais”. O ministro afirma que documentos sugerem “um quadro de absoluta insegurança dos povos indígenas envolvidos, bem como a ocorrência de ação ou omissão, parcial ou total, por parte de autoridades federais, agravando tal situação”. (Com informações do G1).



A proteção das vidas indígenas exige medidas contundentes contra invasores e a retomada das demarcações

O início do ano demonstrou que a violência contra os povos originários permanece estrutural e exige do governo ações enérgicas para proteger as vidas indígenas e impedir a impunidade

Por Cimi – Secretariado Nacional

Em janeiro de 2003, vinte anos atrás, Lula subia a rampa pela primeira vez como Presidente da República. O país abraçava esse novo momento político com muitas expectativas, porque a esperança tinha vencido o medo. Os povos indígenas aguardavam medidas urgentes que sinalizassem avanços significativos na garantia de seus direitos. Dentre outras, esperava-se a homologação imediata da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Entretanto, no dia 3 de janeiro, apenas dois dias depois da posse, o indígena Aldo Mota Macuxi desapareceu dentro dessa mesma terra indígena e seis dias depois seu corpo foi encontrado semi-enterrado; tinha sido assassinado por fazendeiros invasores, que deixaram claro que a violência pretendia permanecer. O certo é que, depois disso, o governo Lula demorou mais dois anos e meio para homologar a TI Raposa Serra do Sol, cuja demarcação ainda precisou percorrer um complexo caminho de judicialização no Supremo Tribunal Federal (STF) até ser plenamente regularizada.

Vinte anos depois, em primeiro de janeiro de 2023, a esperança do povo brasileiro e, particularmente, dos povos indígenas, subiu de novo a rampa no Palácio do Planalto. Desta vez, a esperança tinha vencido ao terror do fascismo e do genocídio dos últimos quatro anos. O novo governo incorporou na primeira linha decisória de políticas públicas o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério da Igualdade Racial e resgatou a prática de ocupar com perfis políticos e competentes a direção de pastas fundamentais como educação, saúde e direitos humanos.

Decisões começam a ser tomadas, as perspectivas de justiça e democracia começam amanhecer de novo e o mundo celebra o retorno do Brasil às discussões globais mais estratégicas, como meio ambiente e direitos humanos. Contudo, a violência contra os povos indígenas voltou a mostrar suas garras de intimidação e morte; o inimigo não dorme, continua matando porque se habituou à garantia da impunidade por parte do Estado.

No dia 9 de janeiro, pistoleiros a mando do patrão dispararam contra dois jovens do povo indígena Mura, no município de Autazes (AM). Os jovens estavam coletando castanhas dentro de seu território tradicional, que se encontra invadido por fazendas. A situação é de conhecimento do poder público e as denúncias de ameaças e violações acumulam-se impunemente.

No mesmo dia 9, no Maranhão, dois jovens Guajajara foram alvejados quando caminhavam por uma rodovia que



Marcha dos povos indígenas da Bahia em Brasília, no dia 9 de março de 2022, em defesa dos direitos constitucionais indígenas

corta a TI Arariboia. Ambos foram atingidos por disparos na cabeça e tiveram que passar por procedimentos cirúrgicos de emergência. O atentado repetiu as mesmas características de outros ataques que, em setembro de 2022, vitimaram três indígenas deste mesmo território.

No dia 17 de janeiro, os jovens Samuel e Nauí, do povo Pataxó, foram brutalmente assassinados com disparos de arma de fogo no extremo sul da Bahia, em um contexto de retomada dos territórios roubados por fazendeiros dentro dos limites da TI Barra Velha.

Em Rondônia, acirram-se as invasões e violências no interior da TI Karipuna, já demarcada e homologada, por parte de grileiros, madeireiros e garimpeiros. Além da grave situação do povo Karipuna – vulnerável e pouco numeroso, depois de ter sido quase dizimado durante o desastroso contato forçado na década de 1970 – o contexto neste território é ainda mais dramático devido à presença de indígenas isolados. Os Karipuna têm encontrado vestígios dos isolados cada vez mais próximos de sua aldeia, o que indica que estão, eles também, encurralados.

Na mesma semana, um líder espiritual do povo Guarani foi sequestrado e torturado no oeste do Paraná, conforme a denúncia do cacique do tekoha Y'hovy, de Guaíra, no contexto

de conflitos derivados da falta de demarcação dos territórios tradicionais. O início do ano demonstrou que a escalada de violência contra os povos indígenas permanece estrutural e avança com seus traços habituais de crueldade e virulência.

O próprio presidente Lula e vários de seus ministros puderam testemunhar os impactos que o garimpo ilegal e o abandono no atendimento à saúde por parte do Estado ocasionaram ao povo Yanomami. Não é uma situação revelada agora; foi denunciada inúmeras vezes por organizações indígenas e aliados. Entre novembro de 2018 e dezembro de 2022, houve até seis decisões judiciais, nas diversas instâncias do Poder Judiciário, condenando ao Estado a tomar as medidas urgentes necessárias.

Em maio de 2020, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou uma Medida Cautelar no mesmo sentido. O que aconteceu na TI Yanomami durante os últimos quatro anos foi um crime premeditado, uma operação sistemática de matar ou deixar morrer, por disparo de bala ou inanição, com o avanço impune do garimpo e o abandono absoluto do atendimento em saúde, o que configura formas concretas de genocídio contra um povo.

A já anunciada intervenção emergencial em saúde por parte do novo governo deverá ir acompanhada, o mais célere possível, de uma ação determinada e coordenada para a retirada dos garimpeiros daquele território.

O novo governo traz consigo não só uma inédita sensibilidade, mas também novos mecanismos e instituições para a defesa da vida e dos direitos humanos – e, portanto, maior capacidade de resposta. Por isso, é fundamental que atue desde o primeiro momento de forma enérgica e contundente, incontestável, para proteger a vida dos povos indígenas e enfrentar essa escalada de violência impedindo qualquer cenário de impunidade.

É imprescindível, ao mesmo tempo, que dê os passos necessários e de forma imediata para a retomada da política de demarcação e proteção dos territórios indígenas, com os recursos necessários para isso e com a superação firme e determinada da falaciosa tese do marco temporal. O desafio indiscutível de recuperar a convivência democrática no país passa, claramente, pela garantia dos direitos fundamentais dos povos indígenas.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma seu compromisso de somar e contribuir com este momento histórico que vive o país. Não cessará de denunciar permanentemente a violência sistemática contra os povos indígenas nem renunciará à esperança teimosa, aprendida no convívio junto aos povos, por uma sociedade livre de violência, por um país de justiça e por um projeto de Bem Viver para todos. ♦



II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada em 10 de setembro de 2021

Projetos ameaçam a vida dos povos indígenas no Maranhão

Um conjunto de mudanças legislativas e de decisões judiciais do estado colocam em risco os modos de vida dos povos originários; garimpo ilegal, invasão dos territórios e destruição das florestas, são apenas alguns dos entraves enfrentados

Por *Cimi Regional Maranhão*

Devido ao avanço do modelo de produção capitalista, que enxerga a terra e a natureza apenas como formas de lucro, muitas são as ameaças aos modos de vida dos povos indígenas. A emissão de gases do efeito estufa, o garimpo ilegal, a invasão dos territórios e a destruição das florestas, por exemplo, são alguns dos principais entraves para a manutenção dos modos de vida das comunidades indígenas no Maranhão.

Projetos e programas de financeirização da preservação do meio ambiente, como o incentivo à Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal (REDD+), o Maranhão Verde e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) da Amazônia, Cerrado e Zona Costeira, são uma resposta do Estado à degradação da natureza, que avança a partir de um conjunto de mudanças legislativas e de decisões judiciais que, na prática, não refletem os objetivos definidos na letra da lei.

No governo Bolsonaro, o desmatamento aumentou em 60%, aponta o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). O estudo revelou que a média de desmatamento - que até 2019 era de 1.743km² - saltou para 3.288km², um reflexo do “passar a boiada”. “Observa-se que o desmatamento se intensificou principalmente em áreas localizadas fora do que se chama de ‘arco do desmatamento’, o que está relacionado à grilagem de terras, à desestruturação da política ambiental no país e às políticas e projetos de financeirização da natureza”, explica Marcella Medeiros, advogada e consultora ambiental.

O legado do governo Bolsonaro foi a destruição da política ambiental. Agora, é tempo de reconstrução, combate eficaz ao desmatamento e fortalecimento da gestão pública socioambiental. Esses, inclusive, são os pilares que a Ministra Maria Silva afirma utilizar para nortear sua responsabilidade com o agora Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, que passou por uma alteração de nomenclatura considerando a seriedade do enfrentamento da emergência climática. Dentre as prioridades do Ministério estão: o retorno do Fundo Amazônia, suspenso no Governo Bolsonaro, e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). A pasta está organizada em cinco secretarias e a proposta é que trabalhe em sintonia com os Ministérios da Justiça e da Economia.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que agora compõe o inédito Ministério dos Povos Indígenas, será presidida pela ex-deputada federal (Rede/RR) Joênia Wapichana. “Além dos inúmeros desafios a serem enfrentados ante o desmonte do órgão nos últimos anos e as múltiplas prioridades, é necessário que os planos de combate ao desmatamento estejam alinhados aos planos de preservação de cada estado e região, garantindo transversalidade nessa busca por sincronizar as pastas e colocando os povos indígenas nas centralidades destas discussões”, afirma Medeiros.

Contudo, ainda que já estejamos diante destes novos tempos e já sejam anunciadas novas medidas em âmbito federal na prevenção ao desmatamento, não é nessa mesma direção que o Governo do Estado do Maranhão tem atuado. Entre 2019 e 2021, o Maranhão, que faz parte da Amazônia Legal, ficou em quarto lugar entre os estados que mais desmataram, segundo levantamento do Relatório Anual de Desmatamento do Brasil. A financeirização da preservação da natureza e algumas ações governamentais buscam diminuir esses números, no entanto, a implementação dos programas e projetos que tem impacto direto na vida dos povos da floresta precisa considerar os direitos dos povos indígenas e não apenas prever em seus planos o cuidado do meio ambiente por meio de trocas financeiras.

Em pesquisas realizadas no sítio da Secretária do Estado de Meio Ambiente (SEMA) não é encontrada menção a



Desmatamento no Cerrado

nenhum plano de prevenção e combate ao desmatamento, enquanto que há apenas três notícias relacionadas à redução de emissões provenientes do desmatamento. Ou seja, não há transparência e objetivos eficazes de preservação da floresta, muito menos atenção com os povos indígenas. Projetos como esse causam “muitas consequências ao modo de vida [dos povos originários], a forma tradicional de cultivo e a relação com a floresta. Os povos indígenas têm papel importantíssimo para a preservação da floresta, mas, com esses programas, poderão ser reduzidos apenas a fornecedores de serviço ambientais”, informa Marcella Medeiros.

Além disso, a advogada destaca que a concessão das licenças ambientais para a implementação desses tipos de projeto deve ser realizada de acordo com a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina a realização de consulta prévia, livre e informada, de forma qualificada às comunidades indígenas. “A ausência desses pré-requisitos implica em uma série de violências aos povos originários, como acontece muitas vezes no estabelecimento de projetos como o REDD+”, ressalta a consultora.

“Com contratos que não são transparentes, os prejuízos vão desde a imposição da condição aos indígenas de usufrutuários da floresta, até o impedimento ao livre acesso pelas áreas, além de privilegiar a não demarcação de Terras Indígenas, o roubo de terras por grileiros e madeireiros, a acumulação de capital e a transformação da grave crise ecológica vivenciada em negócio”, acrescenta Medeiros.

No Maranhão, o crescimento da produção de soja vem aumentando o desmatamento do Cerrado, inclusive em Terras Indígenas (TIs) já demarcadas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, dos 10 municípios com maiores produções de soja no Maranhão, oito fazem parte do Cerrado maranhense.⁽¹⁾ Segundo o

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em 2022, o desmatamento no Cerrado cresceu 20%, sendo que só em Balsas-MA foi contabilizado um aumento de 60%.⁽²⁾

A política anti-indígena do Governo Bolsonaro contribuiu para o aumento de invasões nos territórios indígenas por empreendimento ligados ao agronegócio. Em 2020, a Instrução Normativa (IN) 09, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), garantiu aos não indígenas a certificação de fazendas sobre terras indígenas não homologadas, o que provocou a intensificação da especulação imobiliária e da grilagem sobre as terras pleiteadas pelos povos indígenas, como o caso das TIs Porquinhos, do povo Apanjêkrá-Canela, e Terra Memortumré-Canela, do povo Memortumré-Canela.

Um levantamento do Cimi Regional Maranhão, feito em 2021, identificou 83 propriedades certificadas pelo Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) sobre terras indígenas do Maranhão. A maioria dessas certificações foram realizadas após a IN 09/2022. Com base nos dados obtidos pelo Cimi Regional Maranhão, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com Ação Civil Pública na Justiça Federal do Maranhão (JFMA). Em 2022, a JFMA decidiu suspender os efeitos da IN 09/2020 da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre as terras indígenas do estado.⁽³⁾

As informações do Cimi Regional Maranhão contribuíram, também, para que o MPF, em parceria com a Universidade Federal de Lavras e do governo da Alemanha, desenvolvesse a ferramenta virtual Georadar. O instrumento identificou mais de duas mil áreas certificadas como imóveis rurais estando parcial ou totalmente dentro da TI Bacurizinho, no município de Grajaú-MA. A partir desses dados, o MPF ingressou com uma Ação Civil Pública em 2022, na JFMA, para regularizar a terra indígena.

2 <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/01/18/desmatamento-no-cerrado-cresce-20percent-em-2022-diz-instituto-de-pesquisa-ambiental-da-amazonia.ghtml>

3 <https://cimi.org.br/2022/02/normativa-funai-grilagem-suspen-sa-maranhao/>

1 <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/01/31/com-desafios-na-area-ambiental-e-mao-de-obra-agronegocio-vira-ferramenta-para-o-desenvolvimento-do-maranhao.ghtml>

De acordo com Gilderlan Rodrigues, da Coordenação Colegiada do Cimi Regional Maranhão, a expansão de fazendas na região do Cerrado maranhense colabora para o aumento da devastação dessa área. “Então, vemos um avanço predatório do desmatamento naquela região, lógico que atrelado a isso temos, ainda, a titularização de propriedades particulares sobre as terras indígenas que aumenta a propagação da destruição”, destaca.

“Nesse sentido, as Terras Indígenas estão ficando ilhadas por conta da instalação desses empreendimentos. Isso gera muitos conflitos, inclusive com a ida desses fazendeiros aos territórios para afirmar que a propriedade é particular e que não é permitida a passagem”, explica Gilderlan Rodrigues.

Financeirização do Meio Ambiente

O projeto de financeirização da preservação do meio ambiente, REDD+, surgiu a partir de 2009, por ocasião da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 15), realizada em Copenhague na Dinamarca. Na oportunidade, o Acordo de Copenhague foi determinante para ações desse projeto. “Esse acordo definiu as decisões metodológicas para o REDD+. Em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, foi apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente a proposta de gestão da biodiversidade e dos ecossistemas, por meio de sua supervalorização econômica e da estruturação de novos mercados verdes”, aponta Marcella Medeiros.

Ainda em relação ao REDD+, Marcella Medeiros explica que esse projeto é um produto da lógica de mercado verde, em que o financiamento será proveniente de múltiplas fontes, tanto públicas quanto privadas, sendo, portanto, um contrato entre provedores e beneficiários. “Por meio do qual as empresas e instituições remuneram as comunidades tradicionais e povos indígenas, tendo como garantia o fluxo contínuo de determinado serviço ambiental, com a intervenção do Estado para operacionalizar o sistema e garantir o cumprimento dos contratos”, evidencia a advogada.

A proposta de ação do REDD+ acontece a partir da estruturação dos mercados transacionáveis que estabelecem a criação de metas de compensação adquiridos no mercado de serviços e ativos ambientais, os *trades*. Assim, opera-se a partir da transferência da responsabilidade ambiental dos desmatadores e dos poluidores históricos, para os fornecedores de “serviços ambientais”. De acordo com Marcella Medeiros, “em regra, são áreas de menor custo para a compensação ambiental que estão situadas em terras indígenas, territórios de povos e comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária do Sul global”, define.

Marcella Medeiros destaca a situação ambiental de estados como Pará e Acre, que já possuem as estratégias de REDD+ aplicadas. “O Acre foi o primeiro estado a ter um programa de REDD+. Após dez anos da sua implementação, a população destaca que essas mudanças prejudicaram suas vidas, com processos de desterritorialização, perdendo direitos sobre seu próprio território”, evidencia.

A advogada acrescenta que no Acre o impacto do REDD+ também tem reflexos, principalmente, na vida das mulheres. “Em 2010, quando o governo do Acre assumiu a política do REDD+, decretou o ‘fogo zero’ e veio com o ‘bolsa verde’. Auxí-



Foto: Gilderlan Rodrigues/Cimi-MA

lios financeiros, com pagamentos trimestrais, para compensar a perda da roça tradicional, um prejuízo cultural irrecuperável, tendo em vista que as mulheres, tanto as indígenas como as mulheres das populações tradicionais extrativistas, sempre trabalharam na roça”, explica.

Marcella Medeiros destaca, ainda, que com essa proibição, as pessoas deixaram de produzir o seu próprio alimento, tendo de recorrer a outros modos de adquirir esses insumos. “Hoje, essas pessoas dependem de comprar comida que vem de outro estado, do Mato Grosso, por exemplo”, aponta.

“Já no Pará, após a implantação do REDD, observou-se um aumento da destruição da floresta. Processo que foi intensificado a partir do governo Bolsonaro”, pontua Marcella Medeiros, acrescentando que o *modus operandi* do REDD+ consiste em “culpar as populações que vivem da floresta pelo desmatamento e mudar seu modo de vida, enquanto o grande desmatamento continua ocorrendo, e, ainda por cima, de forma impune”, ressalta.

De acordo com matéria veiculada em 19 de novembro de 2022, no SEMA, na ocasião da participação do Estado do Maranhão na 27ª Edição da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas – COP 27, que aconteceu no Egito, “foi apresentado o REDD+, decreto recentemente assinado pelo governador Carlos Brandão, que busca contribuir para a mitigação da mudança do clima por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da conservação e da recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono”⁽⁴⁾. Porém, essas informações são apresentadas de modo vago sem trazer os termos em que se dará essa governança e jurisdição.

4 <https://www.sema.ma.gov.br/noticias/participacao-da-sema-na-27-edicao-da-conferencia-da-onu-sobre-mudancas-climaticas>

A situação do Maranhão

O Governo do Maranhão, por meio da Lei n.º 11.578, de 1 de novembro de 2021, instituiu o sistema jurisdicional da política de REDD+, que é resultado das articulações ocorridas, a partir de 2019, para a criação do Sistema Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com ênfase no REDD+. Segundo dados do Instituto de Proteção da Amazônia⁽⁵⁾, o projeto para implementação do REDD+ no estado contou com investimento de US\$ 400 mil de doação do governo da Noruega, por meio da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF). O Maranhão faz parte deste grupo desde 2016.

Para a advogada, a mudança nas leis estaduais relativas à preservação da natureza está alinhada ao interesse governamental de transferir a responsabilidade do cuidado com o meio ambiente, previsto na Constituição Federal, para um regime privado de “serviços de ambientais”, subordinados à lógica mercadológica de oferta e procura desses serviços. “Desse modo, estaria autorizado a dispor de tais funções ecossistêmicas a um usuário pagador, como qualquer outro bem passível de apropriação privada e de circulação no mercado”, aponta Medeiros.

“Ocorrerá no Maranhão o que já aconteceu no Acre. A financeirização ambiental como meio de desarticulação da luta nos territórios, a partir de uma visão mercadológica da natureza. Com o agravante da inversão de papéis, pois o governo federal primeiro se nega a reconhecer as terras, conforme preconiza a Constituição Federal e, também, se nega

5 <https://ipam.org.br/maranhao-da-partida-a-projeto-de-captacao-de-recursos-para-valorizar-conservacao-florestal/>



Desmatamento no Cerrado



Fotos: Gilderlan Rodrigues/Cimi-MA



→ a proteger as terras indígenas. Portanto, o que é preservado pelos povos é benefício para toda a população”, pontua Marcella Medeiros.

Com o avanço na implementação dos programas e projetos de financeirização do meio ambiente, muito são os questionamentos de entidades voltadas à sociobiodiversidade, principalmente em relação à ausência de espaços de discussão qualificados e com linguagem acessível para que os povos indígenas e comunidades tradicionais possam de fato saber o que são estas iniciativas. “Porque as pessoas não têm como se contrapor àquilo que elas realmente não entendem. Quando você não tem informação, você não tem argumento para se colocar contrário àquela ação”, explica a advogada.

Como resultado desses projetos e programas, há um aprofundamento dos conflitos territoriais e o aumento da insegurança jurídica, já que acarreta um enfraquecimento do direito dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus territórios. Além da ameaça a sua cultura e aos seus modos de vida e de relacionamento com a natureza.

Marcella Medeiros destaca que há, ainda, outras consequências para os povos originários, como a proibição parcial e até total de usufruir do território; a violação da cultura, dos saberes e das práticas ancestrais; a ameaça à soberania alimentar e a privatização da natureza. “O que se observa é que a implementação desses projetos causa impedimento à sua reprodução física e cultural, violando desta forma direitos constitucionalmente assegurados, basta observar o que tem ocorrido por exemplo no Pará e no Acre”, comenta, acrescentando que “todos esses programas que estão sendo implementados são instrumentos de financeirização da natureza, banhados pelo marketing verde e ineficaz no combate a grave crise climática e socioambiental vivenciada”.

Outros projetos

Dentre os projetos e programas de financeirização da preservação da natureza no Maranhão, têm destaque o Maranhão Verde e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE). O Maranhão Verde, instituído pela Lei Nº 10.595, de 24 de maio de 2017, visa promover o aumento de renda da população com o desenvolvimento de atividades de preservação e recuperação dos recursos naturais em áreas como unidades de conservação e territórios de ribeirinhos, extrativistas e comunidades tradicionais.

Por sua vez, o ZEE foi estabelecido pelo Decreto Federal nº 4.297/2002, com o objetivo de fomentar uma Política Nacional que diz tratar da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental, planejando e ordenando o território brasileiro para viabilizar o desenvolvimento sustentável, partindo de suas características

ambientais e socioeconômicas com intenção de promover a sua compatibilização.

O Zoneamento Econômico Ecológico é apresentado em etapas, dada a diversidade dos biomas existentes no Estado do Maranhão. Nesse sentido, foram divididas as etapas do ZEE Bioma Amazônico e ZEE Cerrado, e a partir dessas etapas são criadas as metodologias: 1) Criação de base de dados em ambiente digital; 2) Realização de prognóstico e cenarização afim de prever o desenvolvimento dito sustentável a longo prazo. 3) Relatório de Zonificação do Território, com indicação das zonas territoriais e dos seus usos potenciais; 4) Audiências Públicas.

No Maranhão, o ZEE Etapa Bioma Amazônico foi implementado pela Lei Nº 11.629, de 28 de maio de 2020. “Na instituição desse projeto foram realizadas apenas sete audiências públicas nos municípios de Imperatriz, Grajaú, Bacabal, Santa Inês, Pinheiro, Governador Nunes Freire e São Luís, e um dos diversos questionamentos suscitados pela população na realização das audiências é que os mapas das áreas prioritárias precisavam ser aprimorados, já que no diagnóstico a cenarização não evidencia as áreas de assentamento e reservas”, explica Marcella Medeiros.

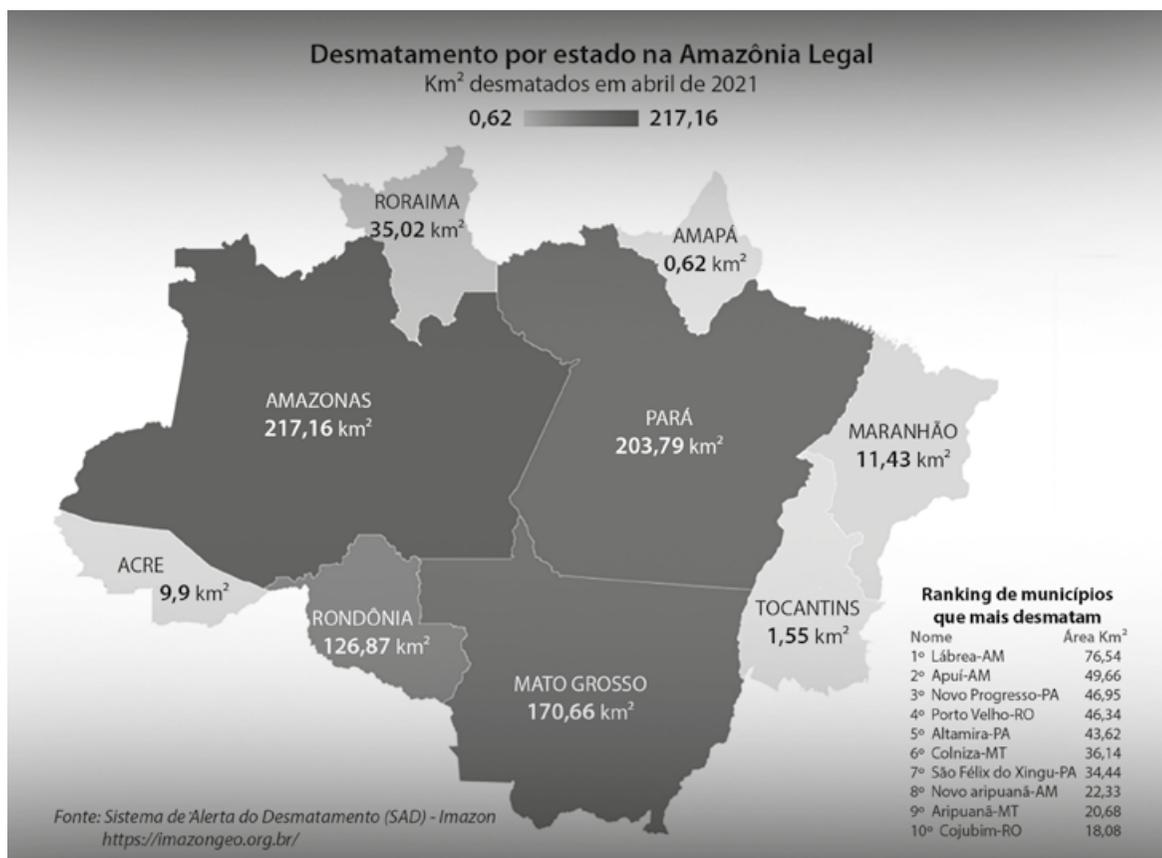
Ademais, consta nos Relatórios das audiências públicas do Zoneamento Econômico Ecológico ZEE-MA, Etapa Bioma Amazônico⁶, disponível em: <http://zee.ma.gov.br/zee-amazonico/>, que dentre as principais problemáticas atestadas está a comunicação da audiência muito próximo à data de sua realização, o que prejudica a presença da população, implicando no baixo quórum de participação da sociedade civil e impactando o processo de escuta.

Por sua vez, o ZEE Etapa Cerrado e Sistema Costeiro do Maranhão, instituído pela Lei nº 11.734, de 26 de maio de 2022, com os relatórios⁷ temáticos disponíveis em <http://zee.ma.gov.br/zee-cerrado/>, implicam em 57,62% da área do Estado, 119 municípios e uma grande parcela da população. Marcella Medeiros explica os processos que dificultaram a participação dos povos e comunidades tradicionais nessas audiências. “O excesso do formalismo presente nas audiências públicas prejudicou a participação das lideranças indígenas e a própria compreensão do que estava sendo apresentado”, diz.

“No tocante aos estudos do projeto, pode ser observado que o texto apresentado pelo Executivo tramitou apressadamente na Assembleia Legislativa, sem passar pela Comissão do Meio Ambiente ou pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) e sem incorporação das emendas apresentadas pela sociedade civil, portanto, nada do que foi colocado nas audiências públicas foi considerado”, complementa Marcella Medeiros.

Marcella Medeiros pontua, ainda, que “as novas legislações precisam pensar na recuperação de florestas, reconhecendo a presença dos povos indígenas no território, bem como que seja fortalecida a política de prevenção ao desmatamento ilegal e erradicação da violência aos corpos indígenas e seus territórios, coibindo o avanço das áreas desmatadas nos últimos anos. Por fim, é preciso que as leis do futuro possam de forma efetiva garantir o amplo debate público e que as emendas apresentadas sejam efetivamente levadas à discussão na Assembleia Legislativa”.

A advogada finaliza destacando que é importante, nesse sentido, dar ampla visibilidade a esses temas e suas relações com os direitos humanos, a partir da realidade dos povos que vivenciam projetos e iniciativas da economia verde em seus territórios, para que não seja legitimado outros instrumentos violadores de direitos humanos. ♦



6 Relatórios das audiências públicas e de Comunicação Social do Zoneamento Econômico Ecológico ZEE-MA Etapa Bioma Amazônico. Disponível em: <http://homologacao.zee.ma.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Relatorios-das-Audiencias-Publicas-e-de-Comunicacao-Social-do-Zoneamento-Ecologico-Economico-Etapa-Bioma-Amazonico.pdf> Acesso em novembro de 2022.

7 Relatórios das audiências públicas e de Comunicação Social do Zoneamento Econômico Ecológico ZEE-MA Etapa Bioma Cerrado. Disponível em: <http://zee.ma.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Relatorio-das-audiencias-publicas-e-comunicacao-social-do-ZEE-06012022.pdf>.

Em menos de um mês, quatro indígenas Guajajara são vítimas da escalada de violência nos territórios

Além dos indígenas, um não indígena, motorista da Sesai, foi assassinado dentro da TI Arariboia; das cinco vítimas, apenas duas sobreviveram

Por **Marina Oliveira**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

O primeiro mês do ano deixou profundas marcas de violência no povo Guajajara, do Maranhão. Entre 9 e 31 de janeiro, foram cinco ataques – resultando em três mortes (incluindo um não indígena casado com uma indígena Guajajara) e duas pessoas gravemente feridas.

Das cinco vítimas, quatro eram da Terra Indígena (TI) Arariboia. O território, que é ocupado por diversas aldeias do povo Guajajara e por indígenas do povo Awá em isolamento voluntário, sofre com os crônicos ataques de madeireiros e caçadores. A outra vítima morava na TI Cana Brava (MA).

Para Gilderlan Rodrigues, coordenador do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Maranhão, a escalada de violência contra os Guajajara tem direta relação com o “desmantelamento das políticas públicas dos órgãos oficiais [responsáveis por resguardar os povos originários e seus territórios]”.

“Ao longo dos últimos quatro anos, os órgãos ficaram enfraquecidos e, portanto, não cumpriram com o seu papel. Tem que ser feito o fortalecimento desses órgãos, porque há diversas realidades dentro dos territórios. Enquanto a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas] e o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], por exemplo, seguem enfraquecidos, sem ainda conseguir dar resposta, a caça e a retirada de madeira aumentam nos territórios Guajajara”, explica Gilderlan.

Além disso, o coordenador do Cimi Regional Maranhão avalia que existe um “completo abandono das políticas públicas voltadas para os povos indígenas”. “Há um tempo, existe uma discussão sobre não deixar os municípios que estão em torno das terras indígenas explorar seus recursos. Tem que haver prevenção para evitar invasões e mortes. E, para isso acontecer, tem que haver uma cooperação entre o estado do Maranhão e o governo federal”.

O Cimi Regional Maranhão já solicitou reunião – e aguarda retorno – para tratar dos casos com o Ministério dos Povos Indígenas, com a Defensoria Pública da União (DPU), entre outros órgãos e organizações.

Dois jovens baleados

No dia 9 de janeiro deste ano, dois jovens indígenas do povo Guajajara foram baleados nas proximidades da aldeia Maranuwi, na TI Arariboia.

De acordo com relatos do povo, Benedito Guajajara, de 18 anos, e um adolescente Guajajara, de cerca de 16 anos, retornavam a pé de uma festa na aldeia Tiririca, vizinha à sua, pela rodovia MA-006, quando foram atacados com disparos efetuados a partir de um carro preto. O autor do crime não foi identificado.

À época, os jovens foram hospitalizados em estado grave no município de Grajaú (MA) – e tiveram o acompanhamento do Polo-Base de Saúde Indígena de Grajaú. Agora, até a última atualização desta matéria, os dois estão se recuperando em casa.

Ao Cimi, um profissional de enfermagem – que não será identificado – falou sobre o atual estado de saúde dos dois.

“O adolescente, que teve o quadro mais complicado quando chegou, está respondendo com o dedo, com sinal positivo, afirmando que está melhorando. Ele já está assistindo vídeos pelo celular. Ele só não consegue ainda conversar e andar direito, mas está se recuperando e ganhando de volta o movimento nas pernas. Já o Benedito anda para todo lado. Às vezes ele sente dor de cabeça, mas está tomando medicamento para isso”, explicou.

Esse atentado repetiu as mesmas características de outros ataques que, em setembro de 2022, vitimaram três indígenas da TI Arariboia: Janildo Oliveira Guajajara e Jael Guajajara,



Mobilização Guajajara pela proteção da vida e dos territórios, em 2012

assassinados no dia 3 de setembro de 2022, e Antônio Cafeiteiro, morto a tiros pouco mais de uma semana depois, no dia 11 de setembro.

Zé Inácio

No dia 25 de janeiro, o Cimi Regional Maranhão recebeu a notícia de que o corpo de José Inácio Guajajara – conhecido como “Zé Inácio” – foi encontrado com marcas de violência às margens da BR-226. O indígena era morador da aldeia Jurema, localizada na TI Cana Brava (MA).

No entanto, de acordo com o Instituto de Medicina Legal (IML) de Imperatriz, município do Maranhão, José Inácio Guajajara morreu em decorrência de “causas naturais”. Até o momento, apesar de o Cimi Regional Maranhão acompanhar e cobrar as devidas investigações, não há nenhuma atualização sobre o caso.

Valdemar Guajajara

Na manhã do último sábado de janeiro, no dia 28, Valdemar Guajajara, da aldeia Nova Viana, foi mais uma vítima do aumento da violência na TI Arariboia. O corpo do indígena foi encontrado em um bairro da área urbana da cidade de Amarante do Maranhão, município sobreposto à terra indígena onde morava.

Um suspeito de ter cometido o crime foi preso. O caso segue sob investigação.

Raimundo da Silva

A escalada de violência na TI Arariboia fez mais uma vítima: no dia 31 de janeiro, Raimundo Ribeiro da Silva (não indígena),



Sepultura tradicional de Awá-Guajá em isolamento voluntário, encontrada na mata da TI Arariboia em janeiro de 2023 por Guardiões da Floresta

Foto: Povo Guajajara

de 57 anos, foi assassinado a tiros na aldeia Abraão, na TI Arariboia. Raimundo era casado com uma indígena Guajajara e motorista do Polo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no município de Arame, no Maranhão. Até o momento, não há desdobramentos sobre o caso.

Awá isolado

Além desses casos, os Guardiões da Floresta da TI Arariboia encontraram, no dia 5 de janeiro deste ano, a sepultura de um indígena na mata, na região da aldeia Jenipapo, no município de Bom Jesus das Selvas. Tratava-se de um indígena Awá em isolamento voluntário.

Foi em uma das ações de monitoramento periódico do território que o grupo de Guardiões da Floresta – criado com essa finalidade e, por isso, alvo de constantes ameaças e ataques – deparou-se com o túmulo.

A pedido dos Awá, o corpo não foi exumado, respeitando a forma tradicional do povo. Em razão disso, não foi possível

constatar a causa da morte nem há quanto tempo ela ocorreu.

‘Falha nas operações’

De acordo com Gilderlan Rodrigues, todos esses casos revelam uma “falha nas operações”. “A gente percebe as falhas nessas operações que estão sendo realizadas, que estão em apuração. É preciso melhorar a forma que a polícia conduz as investigações”, lamenta.

“Quando há omissão, o contexto é ainda pior. Os casos de assassinatos não são investigados e os culpados não são punidos. E, cada vez mais, esses conflitos vão aumentando”.

“O Cimi Regional Maranhão se solidariza com o povo Guajajara, que vem sofrendo com a escalada de violência contra os corpos e territórios, e cobra, ainda, respostas das autoridades e mais segurança na região”, finaliza Gilderlan.

Guardiões da Floresta

Os Guardiões da Floresta constituem uma gestão autônoma do território, com suas formas próprias de organização, que seguem regras e normas observadas por seus ocupantes e por aqueles que vivem em suas extremidades e que, porventura, adentrem em sua terra. O objetivo principal dos Guardiões da Floresta é proteger os territórios e as pessoas que vivem neles. Na TI Arariboia, quem faz a patrulha é o Guardiões da Floresta da Associação Ka’a Iwar.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 determinar que cabe à União a proteção das terras indígenas, esse direito segue fragilizado perante o Estado. Infelizmente, por não ter essa garantia resguardada pelo governo brasileiro, a vida de todo o povo Guajajara fica vulnerável a invasões e ataques de madeireiros e caçadores, principalmente.

Esse é o caso de Paulino Guajajara, ex-integrante dos Guardiões da Floresta da TI Arariboia. Na noite do dia 1º de novembro de 2019, Paulino e Laércio Souza Filho partiram da aldeia Lagoa Comprida, norte da TI Arariboia, a 100 km do município de Amarante, para caçar. Já na mata, foram surpreendidos por madeireiros armados, que, em seguida, efetuaram disparos contra os indígenas.

Um dos tiros atingiu Paulino no rosto. Laércio, apesar de alvejado no braço e nas costas, conseguiu sair do local e pedir ajuda. O caso de Paulino aguarda, até hoje, desfecho do julgamento.

Entre 2003 e 2021, a plataforma Caci, que mapeia os casos sistematizados pelo relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do Cimi, registra 50 assassinatos de indígenas do povo Guajajara no Maranhão; destes, 21 eram indígenas da TI Arariboia. ♦



Primeira indígena a presidir a Funai, Joenia Wapichana toma posse em cerimônia histórica prestigiada por lideranças, autoridades e sociedade civil



Momento em que o presidente Lula empossa Sonia Guajajara como ministra dos Povos Originários

“NUNCA MAIS SEM NÓS”: ministério e fundação dos povos indígenas

Por Clovis Brighenti e Barbara Arisi, especial para a Amazônia Real*

No dia da posse, ao convidar o cacique Raoni para subir a rampa ao seu lado e ser um dos representantes do povo brasileiro a segurar sua faixa presidencial, Lula mostrou que os povos indígenas serão protagonistas ativos nesse governo.

Nesse dia 1º de janeiro de 2023, tomou posse como ministra de Estado, Sonia Bone de Souza Silva Santos, a Sonia Guajajara. Seu povo, do tronco linguístico Tupi, vive no Maranhão, região Nordeste, área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado. Nascida em 1974 na Terra Indígena Araribóia, ela viveu grande parte de sua vida na cidade, com formação acadêmica em Letras, Enfermagem e é especialista em Educação Especial.

A novidade não é apenas o fato de Sonia, uma mulher indígena, ocupar o posto de ministra, mas o fato de ser a primeira vez na história do Brasil, desde sua independência, em 1822, que um ministério é criado para os Povos Indígenas. Assim, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em seu terceiro mandato na Presidência da República (2003-2006; 2007-2010; 2023), reconhece a resistência e a luta dos povos indígenas.

Mudanças ocorreram também na recém renomeada Fundação dos Povos Indígenas (Funai), importante órgão público criado em 1967, presidido, também pela primeira vez, por uma indígena. A chefe da nova Funai é Joenia Batista de Carvalho, a Joenia Wapichana, do povo Wapichana (família Aruak), que vive em Roraima, na região amazônica, na fronteira com a Venezuela. A fundação foi rebatizada no Diário Oficial da União. O nome anterior, criado na época da ditadura civil-militar, era Fundação Nacional do Índio.

Joenia Wapichana, como deputada federal, já havia apresentado projeto de lei que foi aprovado pela Câmara dos Deputados para trocar oficialmente o nome do Dia do Índio, 19 de abril, para Dia dos Povos Indígenas. São passos importantes no rumo da reparação histórica e também para criar pontes de boas relações entre as instituições federais com os povos indígenas.

Em comum, a indicação dessas duas lideranças indígenas significa o reconhecimento efetivo dos povos indígenas e com destaque especial para o protagonismo das mulheres indígenas. As indicadas para esses dois cargos são

“A criação do Ministério dos Povos Indígenas é um ato inovador tanto no sentido de criar espaço específico para pensar políticas públicas para os povos indígenas como no reconhecimento da importância da existência desses povos. Nada tão atual como o mote do movimento indígena: “Nunca mais sem os povos indígenas””

importantes lideranças do movimento indígena brasileiro: Joenia Wapichana foi a primeira pessoa indígena a fazer uma sustentação oral no Supremo Tribunal Federal (STF) quando era discutida a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Também foi a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal em 2018. Sonia Guajajara foi eleita deputada federal no pleito de 2022.

Sonia Guajajara disse ao “retomar” a sede da nova Funai, nesta segunda-feira (2), que é graças à luta dos movimentos indígenas que ela, Joenia Wapichana e Célia Xakriabá estão nos lugares onde estão. Em live compartilhada em uma das redes sociais pelo advogado Eloy Terena, a ministra disse que esse é mais um passo no caminho para que uma pessoa do movimento indígena chegue à Presidência da República. A ministra havia sido candidata a vice-presidente do Brasil pelo PSOL nas eleições de 2018. Sonia também teve a honra de ser a primeira ministra a tomar posse do governo, e levou o mbaraká para soar durante e após a cerimônia. Lula, após fazer a foto oficial, também ressoou o mbaraká, importante instrumento xamânico de comunicação com os seres encantados e outras forças.

É importante lembrar que, desde 2016, quando ocorreu o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), os povos indígenas enfrentam um dos mais incessante processo de negação de direitos, caracterizado por um cenário extremamente adverso que se traduz em violência brutal contra esses povos, da parte da sociedade e do Estado brasileiro. Esse contexto se agravou em 2019 com a posse

do presidente Jair Bolsonaro (PL), que já no seu primeiro discurso, no dia 1º de janeiro de 2019, anunciou que não iria respeitar a Constituição Federal ao afirmar que não demarcaria sequer “um milímetro a mais de terra para os indígenas”.

Essa foi a tônica desse governo, que se caracterizou por retomar a política do século XIX ao insistir que os indígenas deveriam desaparecer ao se integrar à sociedade nacional. Não reconheceu a existência dos povos indígenas ao ponto de reproduzir o discurso do general norte-americano George Armstrong Custer de que “índio bom é índio morto”.

Por seu turno, os povos indígenas não se deixaram intimidar. Durante os últimos quatro anos, o movimento indígena foi dos poucos que se fez presente e se manteve ativo em campanhas, tais como a “Sangue Indígena: Nenhuma Gota a Mais”, no cenário nacional e internacional ao combater a política genocida do governo Bolsonaro.

Inúmeras mobilizações foram realizadas em nível nacional como o Acampamento Terra Livre, para impedir a aprovação de Projetos de Leis e Emenda à Constituição no Congresso Nacional; para impedir que a Suprema Corte aprovasse o Marco Temporal – um argumento infundado criado pelos setores contrários aos indígenas, que poderá significar um dos maiores retrocessos no reconhecimento dos direitos. Além disso, os povos indígenas organizaram também muitas mobilizações regionais e locais. Em nada se avançou, mas tampouco se aprovaram leis contrárias.

Graças a essa coragem, tivemos esse resultado positivo da luta do movimento indígena, em meio a uma realidade onde o próprio governo federal incentivava o ódio e a agressão contra os corpos de pessoas indígenas. As violências contra indígenas não se deram apenas por omissão do Estado em cumprir seu dever constitucional de preservar e garantir os direitos e as vidas, foram incentivadas pelo ex-presidente da República. O relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, publicação anual do Conselho Indígena Missionário (CIMI), que monitora diversas áreas como o Mato Grosso do Sul, registrou ano passado 355 casos de violência (o maior índice desde 2013, quando começaram a realizar essa pesquisa).

De acordo com levantamento do CIMI, ainda há pendências em 871 das 1.393 terras indígenas no país para sua efetiva regularização, ou seja, em 62% delas. Em 598



Ato simbólico de retomada da Funai, que passou a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas

terras, até agora o Estado não tomou nenhuma providência para começar o processo de demarcação. Essa certamente será uma das prioridades da pasta criada para o Ministério dos Povos Indígenas.

Se retrocedermos um pouco na história e tomarmos o marco da aprovação da Constituição Federal de 1988, quando pela primeira vez os povos indígenas no Brasil foram reconhecidos, esse 1º de janeiro de 2023 se torna uma data histórica, pois é a primeira vez que se vislumbra um avançar otimista no sentido de efetivar os dispositivos da Constituição Federal promulgada. A partir de sua aprovação, em 1988, testemunhamos um festival de iniciativas do Executivo e do Legislativo federal no sentido de reduzir ou interpretar mesquinhamente os direitos que estavam já aprovados pelo Congresso Constituinte. Nesses 35 anos, os poucos avanços legislativos se concentraram em temas da saúde e educação escolar. As iniciativas contrárias à proteção dos povos indígenas e de suas áreas de biomas ricos em diversidade biológica se avolumam assustadoramente,

tanto que a tramitação do Estatuto do Povos Indígena está paralisada no Congresso Nacional desde 1994.

Ainda assim, estamos esperançosos que a criação desse ministério resgatará os princípios constitucionais de que os indígenas são povos originários, sociedades de direitos coletivos e, como coletividades, devem participar ativamente do Estado brasileiro. A criação do ministério inova ao tratar os indígenas como povos, algo que a Constituição não teve a capacidade de reconhecer (tratou com outros termos, tais como 'índios' e 'comunidades'). Tardiamente, o Brasil reconheceu a Convenção 169 da OIT, a muito custo, pesava contra ela também justamente a expressão "povos indígenas".

Nesse contexto histórico, a criação do Ministério dos Povos Indígenas é um ato inovador tanto no sentido de criar espaço específico para pensar políticas públicas para os povos indígenas como no reconhecimento da importância da existência desses povos, como destacou o presidente Lula no seu discurso de posse. Nada tão atual como o

mote do movimento indígena: "Nunca mais sem os povos indígenas". Se a Constituição reconheceu a existência dos povos indígenas, o terceiro mandato do governo Lula finalmente reconheceu a capacidade e o direito desses povos formularem suas próprias diretrizes de relacionamento com o Estado e com o governo.

Evidentemente que os desafios são enormes. O primeiro deles é pensar uma estrutura que comporte a diversidade de povos que vivem no território brasileiro e também que o ministério seja capaz de atuar como espaço de reparação histórica.

Será importante contemplar os anseios da rica diversidade sociocultural dos 305 povos indígenas no Brasil e suas mais de 270 línguas (de acordo com o Censo de 2010). Essa diversidade se manifesta para além do mosaico de culturas, por expectativas distintas, desde povos livres (autônomos ou "em isolamento voluntário") a povos que tem também a língua brasileira/ portuguesa como sua língua materna; desde povos apegados às tradições e que preferem viver sem tanta relação com as metrópoles a povos que desejam estar em atuação permanente com a economia e sociedade nacional.

São décadas de problemas e de demandas reprimidas que certamente o ministério não terá condições de atender rapidamente, podendo gerar frustrações. Para isso é fundamental que o movimento indígena e que nós todos, parceiros dos povos indígenas, entendamos que esse ministério não é uma etapa final. Sabemos que não é apenas com sua existência que todos os problemas serão solucionados. As contradições e disputas sociais terão continuidade e, para isso, o movimento indígena articulado e fortalecido é tão ou mais importante que o ministério.

O papel das associações e de todas e todos do movimento indígena será indispensável para fazer com que o ministério seja atuante e consiga cumprir com o que se propõe, dando sustentação e fazendo o papel crítico. Afinal, o Ministério dos Povos Indígenas pertence ao Estado e ao governo brasileiro. A Associação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib) festeja a participação de tantas lideranças, mas também se prepara e certamente estará atenta aos próximos desafios. Nós, que trabalhamos na defesa dos direitos indígenas, também vamos somar esforços a esse momento de unir e reconstruir o Brasil. ♦



Foto: Rafael Campos e Kezia Abiorana/Funai

Posse Ancestral, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), no Centro de Formação em Política Indigenista (CFPI) da Funai, em Sobradinho (DF)

* Clovis Antonio Brighenti é professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Doutor em História

** Barbara Arisi é professora da Universidade Livre de Amsterdam (Vrije Universiteit Amsterdam), Doutora em Antropologia

Garimpo e arrendamento, duas faces da mesma moeda

Ouro e soja: produtos amarelados, tipo exportação, cujos destinos se entrecruzam nos continentes europeu e asiático, violando direitos de milhares de famílias indígenas brasileiras pelo caminho

Por **Cleber César Buzatto**, publicado originalmente em *Diplomatique*

O Brasil e mundo continuam estarelecidos com as imagens de crianças e adultos Yanomami esqueléticos, sem músculos e sem saúde. Muitos sem a própria vida. Resultado da invasão, do apossamento e da exploração ilegal e criminosa da terra tradicional desse povo por meio da garimpagem em larga escala, empresarialmente financiada e governamentalmente protegida.

Como revelado pelo relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil* – dados de 2021, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o que ocorre com o povo Yanomami não é um caso isolado. De acordo com o estudo, foram registrados, naquele ano, 305 casos de violência com invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio em 225 terras indígenas.

Paradoxalmente, o direito fundamental dos povos indígenas ao usufruto exclusivo de suas terras tradicionalmente ocupadas é devidamente registrado, reconhecido e protegido nos termos do artigo 231 da Carta Magna do Estado brasileiro. Este, ainda de acordo com o artigo 231, tem o dever de proteger tais terras, que são bens da União, conforme apregoa o artigo 20 da mesma Constituição.

Se na região norte do Brasil a mineração do ouro é o principal vetor de invasão e exploração ilegal das terras indígenas, na região sul o mecanismo criminoso que se destaca são os arrendamentos para produção de soja.

Nos últimos dias, vieram a público informações sobre a ocorrência de casos de desnutrição e até mortes de crianças na Terra Indígena (TI) Guarita, tradicionalmente ocupada pelo povo Kaingang, no Rio Grande do Sul. Para além da omissão relativa ao atendimento à saúde, são de conhecimento notório os conflitos decorrentes do uso e exploração ilegal da terra em questão por não indígenas da região, especialmente com a produção de soja.

A exemplo do que ocorre com os Yanomami em razão da exploração garimpeira, famílias Kaingang, em função do arrendamento de suas terras, são expropriadas e ficam sem espaço até mesmo para cultivar pequenas hortas ao redor de suas casas. O mercúrio usado pelos criminosos na extração do ouro na terra Yanomami dá lugar ao glifosato e a tantos outros agrotóxicos, semanalmente aspergidos sobre a oleoginosa e que contaminam as águas consumidas pelos Kaingang.

Como sabemos, do mesmo modo que o garimpo e suas consequências não são uma exclusividade da terra Yanomami na região norte, o arrendamento e a produção de soja também não são uma exclusividade da terra Guarita na região sul do país.

Ouro e soja. Produtos amarelados, tipo exportação, cujos destinos se entrecruzam pelos caminhos dos continentes europeu e asiático e que marcam negativamente a existência de milhares de famílias indígenas brasileiras.

A superação dessas mazelas vivenciadas pelos povos indígenas Brasil afora passa, necessariamente, pela expulsão dos garimpeiros e arrendatários não indígenas e pela efetiva proteção desses territórios, para que sejam usufruídos exclusivamente pelos povos que tradicionalmente os ocupam, nos estritos termos determinados pelo artigo 231 já citado.

Para além disso, espera-se também que o governo recém-eleito adote medidas urgentes e inovadoras que possibilitem, inclusive, o financiamento a fundo perdido da produção, coleta e comercialização de alimentos, artesanatos e outras formas de subsistência, de acordo com os usos e costumes de cada povo indígena em nosso país.

Os bilionários e recorrentes subsídios do Estado brasileiro aos latifundiários por meio dos financiamentos contratados via “Planos Safra” anuais têm servido para fomentar, incentivar e potencializar o assédio, a invasão e a exploração criminosa das terras indígenas no Brasil. Está no tempo do Estado brasileiro subsidiar as formas próprias de subsistência dos povos indígenas de nosso país.

Somente assim haverá condições, subjetivas e objetivas, para se extirpar o garimpo e o arrendamento, as duas faces da mesma moeda da exploração criminosa das terras indígenas no Brasil.

* Cleber César Buzatto é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFINC), especialista em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG), cursando Direito, ex-secretário executivo e adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e membro da Equipe Florianópolis do Cimi Regional Sul.



Boa Vista (RR), grupo de cerca de 20 yanomami vive às margens da BR-174

Garimpo em Roraima nos territórios indígenas

Relato de **Luis Ventura Fernandez**, secretário adjunto do Cimi

O garimpo dentro dos territórios indígenas é sempre uma atividade ilegal. E, concretamente falando, no caso da terra indígena Yanomami, ele somente é possível por uma cadeia muito complexa de interesses econômicos e políticos. Uma cadeia também muito complexa de atores que permitem, possibilitam e que lucram com as atividades ilegais do garimpo, desde grandes empresas do sistema financeiro - distribuidoras de valor, que são as que efetivamente compram de uma forma ilegal o ouro extraído -, até um entramado de empresários locais em Roraima - que envolve desde joalherias, que são um dos responsáveis pela lavagem do ouro que é extraído ilegalmente do território, até uma série de outros atores econômicos envolvidos com tráfico aéreo, com a venda de combustível e com a venda de mantimentos para o garimpo. Além disso, também envolve agentes públicos, com grandes responsabilidades no âmbito político.

Nas últimas quatro, cinco décadas, a elite política do estado de Roraima, que continua controlando o poder local, esteve sempre envolvida na atividade do garimpo ou, pelo menos, esteve sempre defendendo a atividades do garimpo como uma solução necessária para Roraima. Então, é evidente que no caso da terra indígena Yanomami exige-se uma complexa operação de investigação e inquéritos profundos, que consigam chegar efetivamente a todos aqueles que estão financiando as atividades do garimpo, a todos aqueles que estão lavando o ouro extraído ilegalmente dos territórios indígenas, a todos que estão lucrando seja econômica ou politicamente da atividade ilegal e a todos os impactos que a atividade gera para a vida das pessoas e para os territórios. Nesse sentido, manter um foco da investigação na apuração dos crimes dessa complexa rede que envolve o esse crime econômico do garimpo e que envolve também os crimes ambientais é absolutamente fundamental.

Hoje, a configuração social desse contingente de garimpeiros (que estão lá na ponta, dentro dos

territórios efetivamente) é bem diferente e bem mais complexa do que acontecia provavelmente há três, quatro décadas. Nós estamos falando de um contingente com perfis muito diversos, estamos falando de pessoas que trabalham esporadicamente no garimpo com objetivo de conseguir um determinado volume de recursos em pouco tempo, mas também temos pessoas que estão trabalhando há 20, 30 anos no garimpo e que já passaram por diversos estados do país, por diversos territórios indígenas. Estamos falando também de grupos organizados, do crime organizado que estão aí. Temos uma configuração social muito complexa que quando ela é abordada de uma forma simplificada, como quando dizemos “são trabalhadores e trabalhadoras do garimpo”, eu acho que acaba confundindo a situação real e, portanto, confundindo as medidas que devem ser adotadas.

Entendemos que há medidas que devem ser prioritárias com relação aos garimpeiros que estão dentro do território: uma delas é efetivamente a saída do território. É importante que o estado garanta que suas medidas consigam a retirada dos garimpeiros da terra indígena Yanomami e que, ao mesmo tempo, tais medidas de proteção territorial e de monitoramento desses grupos sejam efetivas para impedir que a atividades do garimpo ilegal continue em outros territórios indígenas ou que retornem ao território Yanomami.

Por outro lado, é fundamental que os crimes que foram cometidos dentro do território indígena contra a vida do povo Yanomami e contra o território indígena sejam apurados, e que os criminosos sejam responsabilizados. Não podemos naturalizar a violência contra os povos indígenas e revesti-la de impunidade. Houve crimes absolutamente violentos: assassinatos, intimidações, ameaças permanentes, esquemas de exploração sexual de crianças, adolescentes e de mulheres indígenas, apropriação de remédios e de vacinas. Evidentemente que pelo tamanho do contingente que estamos falando isso vai requerer um trabalho de inteligência, mas é justamente isso que é a competência de um estado que procura garantir direitos”.

Yanomami ontem, hoje e amanhã

No artigo, os missionários do Cimi trazem à memória o histórico de violência contra o povo Yanomami

Por **Roberto Antônio Liebgott** e **Ivan Cesar Cima**,
 membros do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, Regional Sul

Os Yanomami – não somente hoje, ou ontem, mas durante décadas – são vítimas de um Estado que se estruturou para não deixá-los viver em seu território.

No início da década de 1970 – do século passado – os militares brasileiros inventaram e disseminaram mentiras de que a Amazônia Brasileira seria invadida por comunistas e guerrilheiros e que, diante disso, o país deveria se preparar para combatê-los por meio da militarização das fronteiras, especialmente em Roraima e no Amazonas.

Os militares, além de levarem um contingente enorme de soldados à Região Amazônica, promoveram a sua colonização, arrematando milhares de pessoas para os ofícios de desmatar, plantar pasto, soja e criar bois. Concomitante a isso, o governo ditatorial desencadeou um movimento de construção de estradas, rodovias, financiou obras de hidroelétricas, de expansão da mineração e exploração madeireira.

Quem eram as pessoas que migraram para a Amazônia? Em geral pobres, sem-terras, filhos de pequenos agricultores e tantos homens e mulheres ‘sem eira nem beira’, utilizados como peões de empresários ou especuladores de terras. Foram dezenas de milhares de pessoas que, a pretexto de encontrarem o “eldorado dos sonhos” e ficarem ricos, ocuparam as terras e nelas colocaram cercas. E, para além dos colonos, os militares incentivaram o garimpo, especialmente de ouro e diamantes, em Roraima, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Nesse contexto, as invasões de terras e a devastação foram indescritíveis. Houve, por exemplo, no Amazonas, a abertura da BR 174, ligando Manaus, Amazonas, a Boa Vista, Roraima. Durante a sua construção e pavimentação a violência foi tamanha que se desencadeou um intenso processo de dizimação de mais de 30 comunidades indígenas, dentre elas do povo Waimiri Atroari.

Na década de 1980 os militares consolidaram o plano estratégico de ocupação da Amazônia por meio do Projeto Calha Norte, estruturado nas margens dos Rios Solimões, Rio Negro e Amazonas. Uma das razões para o estabelecimento



Foto: Hellen Loures/Cimi

Acampamento “Luta pela Vida”, agosto de 2021

de pelotões nas fronteiras vinculava-se à ideia de que o Brasil estaria sob ameaça, tanto de agentes externos, como dos próprios indígenas, já que estes, em associação com guerrilheiros da Colômbia, Venezuela, Peru e Bolívia, poderiam formar nações independentes e tomarem conta de todas as riquezas. Ou seja, os povos indígenas foram caracterizados como inimigos a serem combatidos e aniquilados.

No ano de 1985, era do governo Sarney, o Calha Norte assumiu forma de programa de estado e os militares se tornaram os agentes de “proteção” da Amazônia. Naquele período, mais de 60 mil garimpeiros invadiram o território Yanomami. Estupros, assassinatos, incêndios, contaminação das águas, malária, tuberculose, fome, miséria e extermínio. Há documentações, relatórios e estudos de que num período, de dois anos, morreram mais de 2.500 indígenas Yanomami. Há nessa história, uma personagem central, a Funai (Fundação Nacional do Índio), presidida na época por militares e depois por nada mais, nada menos do que Romero Jucá. Jucá tornou-se o negociador e agenciador dos garimpeiros, dando-lhes guarida.

Depois de uma intensa repercussão internacional acerca dos massacres e da vulnerabilidade dos Yanomami, em 1992, o governo Collor de Mello decidiu demarcar a Terra Yanomami em área contínua. Seu ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, tornou-se o responsável pela consolidação do procedimento demarcatório.

Naquele contexto foram criadas campanhas e desenvolveram-se programas sanitários de proteção à vida. Os garimpeiros foram sendo expulsos, as pistas de pouso e as infraestruturas

destruídas, assim como combatidos os donos de postos de combustíveis que, em parceria com os empresários do garimpo forneciam gasolina que abasteciam aviões, dragas, balsas, barcos e outros motores.

No ano de 1993 houve o Massacre do Haximu. Dezenas de Yanomami perderam as vidas depois de ataques dos garimpeiros. A repercussão do fato tomou as páginas dos jornais e novamente os organismos internacionais exigiram medidas de combate ao garimpo em Roraima.

Até o advento do mal fadado governo Bolsonaro, parecia ter havido um refluxo das invasões na Terra Yanomami. Mas as invasões nunca cessaram. Os dados das equipes de saúde, ligadas ao Distrito Sanitário Yanomami, as informações das organizações indígenas, ou da própria Funai e de outros pesquisadores, antropólogos, ambientalistas, indigenistas, missionários e missionárias apontavam e denunciavam que os Yanomami eram vítimas contínuas dos garimpeiros. Ou seja, o Estado, suas forças de segurança, nunca priorizaram ações e medidas de proteção, fiscalização dos territórios e das vidas, muito menos agiu no sentido de promover a responsabilização dos criminosos garimpeiros, dos empresários e das empresas que patrocinam e executam os negócios sujos do ouro, extraído, de forma criminosa, das terras da União. É importante esclarecer que as Terras Indígenas são bens da União, destinados ao usufruto exclusivo dos povos indígenas – previsão nos artigos 231 e 20, XI, da CF/1988.

Bolsonaro, genocida, ao assumir a governança do Brasil, ano de 2019, retomou as práticas anti-indígenas dos anos de 1970 e 1980. Ele promoveu a desterritorialização, a desconstrução dos direitos, a integração ou dizimação dos indígenas, bem como anunciou o novo “eldorado garimpeiro”, agora sob seu comando e controle.

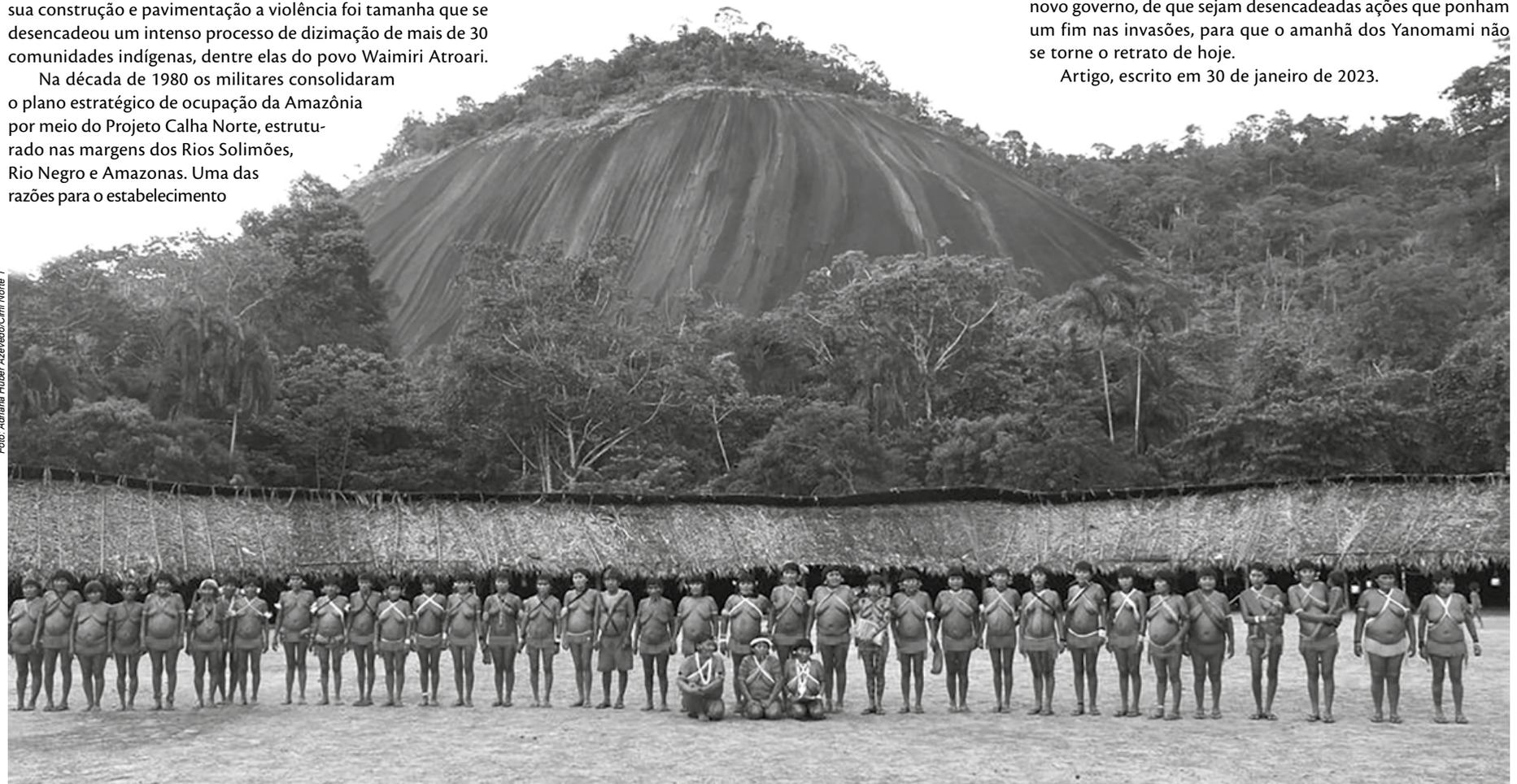
As invasões, neste ambiente, voltaram a ser massivas, não tão somente em Roraima, mas em todas as regiões da Amazônia.

Os indígenas, como se designou na concepção do projeto Calha Norte, são aqueles que devem morrer. Eis, portanto, o genocídio contínuo, cantado em prosa e verso entre milicos e políticos das bases de sustentação do ex-presidente Bolsonaro.

O governo Lula, desde logo, adotou como prioridade, e não poderia ser diferente, a defesa dos Yanomami, desenvolvendo ações para combater a desnutrição e atuando no sentido de reestruturar a assistência em saúde naquele território. Mas faltam, ainda, os anúncios de medidas administrativas, políticas e jurídicas que busquem enfrentar os males do garimpo, dos garimpeiros e dos empresários, todos criminosos, que agem como tentáculos do genocida.

Há a necessidade urgente, nestes tempos de esperanças num novo governo, de que sejam desencadeadas ações que ponham um fim nas invasões, para que o amanhã dos Yanomami não se torne o retrato de hoje.

Artigo, escrito em 30 de janeiro de 2023.



Encontro Yanomami em frente à maloca Watoriki, em 2018

Descobrimos os Brancos

Por **Davi Kopenawa Yanomami**

Depoimento recolhido e traduzido por Bruce Albert, na maloca Watoriki, setembro/1998
– Publicado Originalmente em Povos Indígenas no Brasil

Há muito tempo, meus avós, que habitavam Mõramabi araopi, uma casa situada muito longe, nas nascentes do rio Toototobi, iam às vezes visitar nas terras baixas outros Yanomami estabelecidos ao longo do rio Aracá (como o Toototobi, o Aracá é um afluente do rio Demini, ele próprio tributário da margem esquerda do rio Negro).

Foi lá que encontraram os primeiros brancos. Esses estrangeiros coletavam fibra de palmeira piaçaba ao longo do rio Aracá. Durante essas visitas nossos mais velhos obtiveram seus primeiros facões. Eles me contaram isso muitas vezes quando eu era criança. Naquele tempo, eles só encontravam brancos ao viajar muito longe de sua aldeia e não iam vê-los sem motivo, simplesmente para visitá-los. Havia visto suas ferramentas metálicas e as cobijavam, pois possuíam apenas pedaços de metal que Omama deixara (os antigos Yanomami possuíam fragmentos de facões e de machados muito gastos, que obtinham por um complexo circuito de trocas interétnicas, mas cuja origem atribuíam a Omama, seu herói cultural). Era durante essas longas viagens que, de vez em quando, eles conseguiam obter um facão ou mesmo um machado. Trabalhavam então em suas plantações emprestando-os uns aos outros. Quando um tinha aberto sua plantação, passava-os a um outro e assim por diante. Eles emprestavam também essas poucas ferramentas metálicas de uma aldeia a outra.

Não era para procurar fósforos que iam ver os brancos tão longe, não: tinham seus paus de cacauero para fazer fogo. Evidentemente, eles achavam as panelas de alumínio muito bonitas, mas tampouco era por isso que faziam aquelas viagens: também tinham vasilhas de terracota para cozinhar sua caça. Era realmente por seus facões e seus machados que iam visitar aqueles estrangeiros.

Mas foi bem mais tarde, quando habitávamos Marakana, mais para o lado da foz do rio Toototobi, que os brancos visitaram nossa casa pela primeira vez. Na época, nossos mais velhos estavam ainda todos vivos e éramos muito numerosos, eu me lembro. Eu era um menino, mas começava a tomar consciência das coisas. Foi lá que comecei a crescer e descobri os brancos. Eu nunca os vira, não sabia nada deles. Nem mesmo pensava que eles existissem. Quando os avistei, chorei de medo. Os adultos já os haviam encontrado algumas vezes, mas eu, nunca! Pensei que eram espíritos canibais e que iam



Foto: Alass Deriva

nos devorar. Eu os achava muito feios, esbranquiçados e peludos. Eles eram tão diferentes que me aterrorizavam. Além disso, não compreendia nenhuma de suas palavras emaranhadas. Parecia que eles tinham uma língua de fantasmas. Eram pessoas da “Comissão” (uma equipe da Comissão Brasileira Demarcadora dos Limites/ CBDL subiu o rio Toototobi em 1958-9). Os mais velhos diziam que eles roubavam as crianças, que já as haviam capturado e levado com eles quando tinham subido o rio Mapulaú, no passado (Alusão a uma primeira visita da CBDL ao rio Toototobi, em 1941). Era por isso também que eu tinha muito medo: estava certo de que também iam me levar. Meus avós já haviam contado muitas vezes essa história, eu os ouvira dizer: “Sim, esses brancos são ladrões de crianças!”, e tinha muito medo. Por que eles levaram aquelas crianças? Eu me pergunto isso ainda hoje.

Quando aqueles estrangeiros entravam em nossa habitação, minha mãe me escondia debaixo de um grande cesto de cipó, no fundo de nossa casa. Ela me dizia então: “Não tenha medo! Não diga uma palavra!”, e eu ficava assim, tremendo sob meu cesto, sem dizer nada. Eu me lembro, no entanto devia ser realmente muito pequeno, senão não teria cabido debaixo daquele cesto! Minha mãe me escondia pois também temia que os brancos me levassem com eles, como tinham roubado aquelas crianças, da primeira vez. Era também para me acalmar, pois eu estava aterrorizado e só parava de chorar quando estava escondido. Todos os bens dos brancos me assus-

tavam também: tinha medo de seus motores, de suas lâmpadas elétricas, de seus sapatos, de seus óculos e de seus relógios. Tinha medo da fumaça de seus cigarros, do cheiro de sua gasolina. Tudo me assustava, porque nunca vira nada de semelhante e ainda era pequeno! Mas, quando seus aviões nos sobrevoavam, eu não era o único a ficar assustado, os adultos também tinham medo; alguns chegavam mesmo a romper em soluços, e todo mundo fugia para a mata vizinha! Nós somos habitantes da floresta, não conhecíamos os aviões e estávamos aterrorizados. Pensávamos que eram seres sobrenaturais voadores que iam cair sobre nós e queimar todos. Todos tínhamos muito medo de morrer! Eu me lembro que também tinha medo das vozes que saíam dos rádios e da explosão dos fuzis que matavam a caça. Perguntava-me o que todas aquelas coisas que pareciam sobrenaturais poderiam ser! Perguntava-me também por que aquelas pessoas tinham vindo até nossa casa.

Mais tarde, realmente comecei a crescer e a pensar direito, mas continuei a me perguntar: “O que os brancos vêm fazer aqui? Por que abrem caminhos em nossa floresta?”. Os mais velhos me respondiam: “Eles vêm sem dúvida visitar nossa terra para habitar aqui conosco mais tarde!”. Mas eles não compreendiam nada da língua dos brancos; foi por isso que os deixaram penetrar em suas terras dessa maneira amistosa. Se tivessem compreendido suas palavras, acho que os teriam expulsado. Aqueles brancos os enganaram com seus presentes. Deram-lhes machados,

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

Whatsapp (61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: R\$ 130

Ass. dois anos: R\$ 190

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

Assinatura de apoio: R\$ 170

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

facões, facas, tecidos. Disseram-lhes, para adormecer sua desconfiança: “Nós, os brancos, nunca os deixaremos desprovidos, lhes daremos muito de nossas mercadorias e vocês se tomarão nossos amigos!”. Mas, pouco depois, nossos parentes morreram quase todos em uma epidemia, depois em uma outra. Mais tarde, muitos outros Yanomami novamente morreram quando a estrada entrou na floresta (A BR-210, Perimetral Norte, aberta em 1973-4 e abandonada em 1976, depois de cortar duzentos quilômetros a sudeste do território yanomami) e bem mais ainda quando os garimpeiros chegaram ali com sua malária. Mas, dessa vez, eu tinha me tomado adulto e pensava direito; sabia realmente o que os brancos queriam ao penetrar em nossa terra.

Descobrir o Descobrimento

Os brancos são engenhosos, têm muitas máquinas e mercadorias, mas não têm nenhuma sabedoria. Não pensam mais no que eram seus ancestrais quando foram criados. Nos primeiros tempos, eles eram como nós, mas esqueceram todas as suas antigas palavras. Mais tarde, atravessaram as águas e vieram em nossa direção. Depois, repetem que descobriram esta terra. Só compreendi isso quando comecei a compreender sua língua. Mas nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui há longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou. No começo das coisas, aqui só havia habitantes da floresta, seres humanos (a autodesignação dos Yanomami -yanomae thëpë significa antes de tudo “seres humanos”, e se aplica também aos outros índios, opondo-se aos animais, aos seres sobrenaturais e aos não-índios/ napëpë). Os brancos clamam hoje: “Nós descobrimos a terra do Brasil!”. Isso não passa de uma mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela. Nossos ancestrais a conheciam desde sempre. Ela não foi descoberta pelos brancos! Muitos outros povos, como os Makuxi, os Wapixana, os Waiwai, os Waimiri-Atroari, os Xavante, os Kayapó e os Guarani ali viviam também. Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos pensando que descobriram esta terra! Como se ela estivesse vazia! Como se os seres humanos não a habitassem desde os primeiros tempos!

Os brancos foram criados em nossa floresta por Omama mas ele os expulsou porque temia sua falta de sabedoria e porque eram perigosos para nós! (os brancos foram criados por Omama a partir do sangue de um grupo de ancestrais Yanomami devorados por lontras e jacarés numa grande enchente provocada pela quebra de um resguardo menstrual). Ele lhes deu uma terra, muito longe daqui, pois queria nos proteger de suas epidemias e de suas armas. Foi por isso que os afastou. Mas esses ancestrais dos brancos falaram a seus filhos dessa floresta e suas palavras se propagaram por muito tempo. Eles se lembraram: “É verdade! Havia lá, ao longe, uma outra terra muito bela!”, e voltaram para nós. Na margem desta terra do Brasil aonde eles chegaram viviam outros índios. Esses brancos eram pouco numerosos e começaram a mentir: “Nós, os brancos, somos bons e generosos! Damos presentes e alimentos! Vamos viver a seu lado nesta terra com vocês! Seremos seus amigos!”. Era com essas mesmas mentiras que tentavam nos enganar desde que também chegaram a nós. Depois dessas primeiras palavras de mentira eles foram embora e falaram entre si. Depois voltaram muito numerosos. No começo, sem casa nesta terra, ainda mostravam amizade pelos índios. Tinham visto a beleza desta floresta e queriam se estabelecer aqui. Mas desde que se instalaram realmente, desde que construíram suas habitações e abriram suas plantações, desde que começaram a criar gado e a cavar a terra para procurar ouro, esqueceram sua amizade. Começaram a matar as gentes da floresta que viviam perto deles.

Nos primeiros tempos, os seres humanos eram muito numerosos nesta terra. É o que dizem nossos mais velhos. Não havia doenças perigosas, sarampo, gripes, malária. Estávamos sozinhos, não havia garimpeiros para queimar o ouro, fábricas para produzir ferro e gasolina, carros e aviões. A floresta e os que a habitavam não estavam o tempo todo doentes. Foi apenas quando os brancos se tomaram muito numerosos que sua fumaça epidemia xawara começou a aumentar e a se propagar por toda parte. Essa coisa má se tomou muito



Acampamento “Luta pela Vida”, realizado em agosto de 2021

poderosa e foi assim que as gentes da floresta começaram a morrer (a expressão xawara wakëxi, “epidemia-fumaça”, designa aqui a um só tempo as epidemias e a poluição, às quais é atribuída a mesma origem: a fusão do ouro, dos metais e dos carburantes extraídos da terra para produzir as mercadorias dos brancos e abastecer seus veículos). Quando viviam sem os brancos nossos ancestrais não tinham fábricas, caçavam e trabalhavam em suas plantações para fazer crescer seu alimento. Também não sujavam todos os rios como esses brancos que agora procuram ouro em nossas terras.

“Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes!”, dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las. Todas as terras foram criadas em uma única vez, as dos brancos e as nossas, ao mesmo tempo que o céu. Tudo isso existe desde os primeiros tempos, quando Omama nos fez existir. É por isso que não creio nessas palavras de descobrir a terra do Brasil. Ela não estava vazia! Creio que os brancos querem sempre se apoderar de nossa terra, é por isso que repetem essas palavras. São também as dos garimpeiros a propósito de nossa floresta: “Os Yanomami não habitavam aqui, eles vêm de outro lugar! Esta terra estava vazia, queremos trabalhar nela!”. Mas eu, sou filho dos antigos Yanomami, habito a floresta onde viviam os meus desde que nasci e eu não digo a todos os brancos que a descobri! Ela sempre esteve ali, antes de mim. Eu não digo: “Eu descobri esta terra porque meus olhos caíram sobre ela, portanto a possui!”. Ela existe desde sempre, antes de mim. Eu não digo: “Eu descobri o céu!”. Também não clamo: “Eu descobri os peixes, eu descobri a caça!”. Eles sempre estiveram lá, desde os primeiros tempos. Digo simplesmente que também os como, isso é tudo.

O Povo das Mercadorias

Quando viajei para longe, vi a terra dos brancos, lá onde havia muito tempo viviam seus ancestrais. Visitei a terra que eles chamam Eropa. Era sua floresta, mas eles a desnudaram pouco a pouco cortando suas árvores para construir suas

casas. Eles fizeram muitos filhos, não pararam de aumentar, e não havia mais floresta. Então, eles pararam de caçar, não havia mais caça também. Depois, seus filhos puseram-se a fabricar mercadorias e seu espírito começou a obscurecer-se por causa de todos esses bens sobre os quais fixaram seu pensamento. Eles construíram casas de pedra, para que não se deteriorassem. Continuaram a destruir a floresta, dizendo-se: “Nós vamos nos tornar o povo das mercadorias! Vamos fabricar muitas delas e dinheiro também! Assim, quando formos realmente muito numerosos, jamais seremos miseráveis!”. Foi com esse pensamento que eles acabaram com sua floresta e sujaram seus rios. Agora, só bebem água “embrulhada”, que precisam comprar. A água de verdade, a que corre nos rios, já não é boa para beber.

Nos primeiros tempos, os brancos viviam como nós na floresta e seus ancestrais eram pouco numerosos. Omama transmitiu também a eles suas palavras, mas não o escutaram. Pensaram que eram mentiras e puseram-se a procurar minerais e petróleo por toda parte, todas essas coisas perigosas que Omama quisera ocultar sob a terra e a água porque seu calor é perigoso. Mas os brancos as encontraram e pensaram fazer com elas ferramentas, máquinas, carros e aviões. Eles se tomaram eufóricos e se disseram: “Nós somos os únicos a ser tão engenhosos, só nós sabemos realmente fabricar as mercadorias e as máquinas!”. Foi nesse momento que

eles perderam realmente toda sabedoria. Primeiro estragaram sua própria terra antes de ir trabalhar nas dos outros para aumentar suas mercadorias sem parar. Nunca mais eles se disseram: “Se destruímos a terra, será que seremos capazes de recriar uma outra?”.

Quando conheci a terra dos brancos isso me deixou inquieto. Algumas cidades são belas, mas seu barulho não pára nunca. Eles correm por elas com carros, nas ruas e mesmo com trens debaixo da terra. Há muito barulho e gente por toda parte. O espírito se toma obscuro e emaranhado, não se pode mais pensar direito. É por isso que o pensamento dos brancos está cheio de vertigem e eles não compreendem nossas palavras. Eles não fazem mais que dizer: “Estamos muito contentes de rodar e de voar! Continuemos! Procuremos petróleo, ouro, ferro! Os Yanomami são mentirosos!”. O pensamento desses brancos está obstruído, é por isso que eles maltratam a terra, desbravando-a por toda parte, e a cavam até debaixo de suas casas. Eles não pensam que ela vai acabar por desmoronar. Eles não temem cair no mundo subterrâneo. Porém, é assim. Se os “brancos-espíritos-tatus-gigantes” [mineradoras] entram por toda parte sob a terra para retirar os minérios, eles vão se perder e cair no

mundo escuro e podre dos ancestrais canibais (o universo yanomami compõe-se de quatro níveis superpostos suspensos em um “grande vazio”; o mundo subterrâneo foi formado pela queda do nível terrestre na aurora

dos tempos; é habitado pelos ancestrais Yanomami da primeira humanidade, que se tornaram monstros canibais - os aõpataripë).

Nós, nós queremos que a floresta permaneça como é, sempre. Queremos viver nela com boa saúde e que continuem a viver nela os espíritos xapiripë, a caça e os peixes. Cultivamos apenas as plantas que nos alimentam, não queremos fábricas, nem buracos na terra, nem rios sujos.

Queremos que a floresta permaneça silenciosa, que o céu continue claro, que a escuridão da noite caia realmente e que se possam ver as estrelas. As terras dos brancos estão contaminadas, estão cobertas de uma fumaça epidemia-xawara que se estendeu muito alto no peito do céu. Essa fumaça se dirige para nós mas ainda não chega lá, pois o espírito celeste Hutukarari a repele ainda sem descanso. Acima de nossa floresta o céu ainda é claro, pois não faz tanto tempo que os brancos se aproximaram de nós. Mas bem mais tarde, quando eu estiver morto, talvez essa fumaça aumente a ponto de estender a escuridão sobre a terra e de apagar o sol. Os brancos nunca pensam nessas coisas que os xamãs conhecem, é por isso que eles não têm medo. Seu pensamento está cheio de esquecimento. Eles continuam a fixá-lo sem descanso em suas mercadorias, como se fossem suas namoradas. ♦

Proteção ao povo Yanomami só será efetiva com desmonte da cadeia do garimpo e apuração dos crimes

A violência contra os povos indígenas não pode ser naturalizada. Impunidade é inaceitável e pode alimentar condições para que violações continuem também em outros territórios

Por Cimi – Secretariado Nacional

A situação que vive o povo Yanomami dentro de sua terra indígena ganhou uma ampla repercussão nas últimas semanas, dentro e fora do país. A trágica realidade enfrentada pelos indígenas chamou a atenção de boa parte da sociedade brasileira, que manifesta de diversas formas sua indignação, solidariedade e repúdio diante das cenas e informações divulgadas.

Ao mesmo tempo, o novo governo federal começou a tomar uma série de medidas emergenciais, tanto no campo do atendimento à saúde como no da segurança territorial e desintrusão dos garimpeiros de dentro da terra indígena.

É importante destacar que esta situação não foi revelada apenas agora. Organizações indígenas e aliados vêm denunciando e documentando sistematicamente o que estava ocorrendo dentro da Terra Indígena (TI) Yanomami há, pelo menos, cinco anos.

O ponto de inflexão na retomada maciça do garimpo dentro deste território começou a ser constatado ainda em 2017, quando informações davam conta da proximidade de acampamentos de garimpeiros com relação a aldeias do grupo indígena Moxihätëtëa, em situação de isolamento voluntário, na região da Serra da Estrutura.

Ainda em junho de 2018, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) já havia denunciado o provável assassinato de dois indígenas isolados Moxihätëtëa por garimpeiros naquela mesma região.

Uma Ação Cível Pública do Ministério Público Federal (MPF) resultou, já em novembro de 2018, numa decisão firme da Justiça Federal, obrigando a União a reestabelecer as Bases de Proteção Etnoambiental desativadas no território Yanomami.

A partir desse momento e até os dias atuais, a situação piorou de forma extraordinária e tudo isso foi amplamente denunciado pelas organizações indígenas e seus aliados, de forma permanente, inclusive com estudos altamente qualificados.

O tema ganhou mais espaço nos meios de comunicação a partir, principalmente, de maio de 2021, quando todo o país assistiu as imagens do tiroteio contra a comunidade Yanomami de Palimiú, no interior da terra indígena, e à série de ataques armados que se seguiu durante os meses seguintes.

Neste período de quatro anos, entre o final de 2018 e de 2022, houve outras decisões judiciais no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, incluindo a mais alta instância, o Supremo Tribunal Federal (STF), e também a publicação de uma medida cautelar por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em maio de 2020, em plena pandemia. Todas estas medidas foram sistematicamente descumpridas e desconsideradas pelo governo federal, presidido por Jair Bolsonaro.

O garimpo avançou e cresceu exponencialmente nestes últimos anos dentro da TI Yanomami, adquirindo uma maior complexidade de meios disponíveis, de maquinário e tecnologias de comunicação, bem como uma maior capacidade de destruição.

Este avanço do garimpo, como já foi suficientemente demonstrado, coincidiu com a desestruturação do sistema de atendimento à saúde do povo Yanomami através do Distrito Especial de Saúde



Acampamento "Luta pela Vida", agosto de 2021

Indígena Yanomami e Ye'kuana e da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena (Sesai).

Postos de saúde foram abandonados e desabastecidos, quando não ocupados pelos próprios garimpeiros; as equipes de profissionais de saúde ficaram sem condições para as tarefas de atenção primária nos postos e, a partir deles, nas visitas periódicas às comunidades. O resultado é o que hoje todos estamos constatando: aumento da violência contra os Yanomami, piora significativa dos indicadores de saúde relativos à malária, à desnutrição, à verminose ou a doenças respiratórias.



Garimpo ilegal em terras Yanomami: contaminação, destruição e morte

A relação sinérgica entre o aumento do garimpo e a desassistência na saúde criou condições objetivas que comprometem a sobrevivência física e cultural do povo Yanomami. E ambos os vetores tiveram durante quatro anos a digital, explícita e intencional, do governo federal e a cumplicidade da elite política e empresarial de Roraima.

Por isso, mais do que falar de "crise", deve-se falar de situação grave de extermínio de um povo causada por um conjunto sistemático de medidas, ações e inações do governo.

Em janeiro de 2023, o novo governo federal decretou a Emergência Sanitária de Saúde Pública e começou a fazer um levantamento detalhado das informações e a adotar uma série de medidas que nos parecem absolutamente necessárias e fundamentais.

Todas estas medidas buscam, em um primeiro momento, ativar as condições emergenciais de atendimento ao povo Yanomami, com o objetivo de salvar vidas; ao mesmo tempo, estas medidas deverão ter como horizonte próximo a recuperação das condições para uma adequada atenção primária dentro do território, em diálogo com as comunidades indígenas, que permita retomar os programas de atendimento, prevenção e cuidado cotidiano da saúde do povo Yanomami.

Entretanto, as medidas de emergência sanitária não serão efetivas se não for abordada de forma contundente, firme e permanente a desintrusão do garimpo de dentro da TI Yanomami e de outras terras indígenas no país, bem como o desmantelamento de toda a estrutura de apoio e de toda a cadeia de interesses que há por trás do garimpo e que envolve agentes públicos e privados.

As iniciativas de controle do tráfego aéreo e fluvial, adotadas pelo governo desde a semana passada, eram medidas necessárias e possíveis – o que só evidencia, mais uma vez, a falta de vontade política do governo anterior, manifesta em sua permanente omissão.

É importante que estas medidas sejam acompanhadas por outras, como o controle da venda de combustíveis ou mantimentos por parte de empresários locais e, efetivamente, a continuidade das investigações até chegar aos mandantes e articuladores da rede criminoso que lucra com a destruição do território e dos meios de vida da população Yanomami.

A desintrusão dos garimpeiros é medida urgente, como o confirma a atuação rápida do novo governo. A situação é complexa e exige determinação. Imagens de movimentos e deslocamentos de grupos de garimpeiros, por via fluvial ou varando no meio da floresta, circularam nos últimos dias em mensagens em redes sociais e em imagens de vídeos. Estes deslocamentos não significam necessariamente a livre e espontânea decisão de sair definitivamente do território.

É fundamental instalar as medidas necessárias, no âmbito dos inquéritos policiais e da retomada da proteção territorial, para evitar que o garimpo se desloque em direção a outras terras indígenas ou, inclusive, retorne ao mesmo território Yanomami, como demonstra a apreensão, pelas forças de segurança, de garimpeiros que adentravam o território nesta quarta-feira, dia 8.

A saída dos garimpeiros deverá ser acompanhada de medidas de apuração dos crimes cometidos contra o povo Yanomami: assassinatos, ameaças, intimidações, exploração sexual,liciamento e destruição do ambiente, com o qual os Yanomami

O calvário lento e doloroso dos Yanomami

Por **Enock Taurepang*** – publicado originalmente em *Uma Gota no Oceano*

“Que os olhos não veem, o coração não sente”, diz um ditado do homem branco. As últimas imagens da campanha de extermínio contra os Yanomami ganharam páginas de jornais, sites e emissoras de TV do planeta. São cenas que preferíamos que não fossem reveladas, em respeito aos que sofrem e porque elas também nos envergonham como seres humanos – sim, nós fazemos parte da mesma espécie de quem nos faz mal. Não fomos todos gerados por Omama? Tínhamos nossas razões para não querer olhar para aquilo; vimos 570 de nossas crianças morrerem nos últimos anos. O resto do mundo, não. Este tinha o dever.

Agora, diante das fotos de anciãos e crianças esqueléticas, não faltaram comparações ao horror nazista. A diferença é que o Holocausto que assassinou milhões judeus, homossexuais, ciganos, negros, durou 12 anos e o os seus carrascos foram derrotados e julgados; enquanto o Yanomami é uma lenta agonia, como uma doença dolorosa e incurável, de número incerto de perdas. Esse sentimento de empatia é bem-vindo, pois nós, indígenas, não somos apenas Guardiões da Floresta, mas também pais, mães, filhos, filhas, avôs e avós que choram a perda de seus entes queridos.

A ideia de Brasil grande nunca foi para todos. Os garimpeiros começaram a chegar 20 anos depois, mas a invasão de garimpeiros se acelerou na década de 1970, graças à construção de estradas e de projetos de mineração pela ditadura. Não é possível calcular o número de vítimas, mas obras como a da BR-210 causaram contatos involuntários entre trabalhadores e Yanomami. Segundo a Comissão da Verdade, não se pode afirmar quantos se foram por doenças transmitidas por essa proximidade ou por conflitos, mas se sabe que a vacinação dos indígenas foi negligenciada.

Hoje, calcula-se que haja por volta 20 mil garimpeiros ilegais na Terra Indígena (TI) Yanomami – mais ou menos quanto a população indígena no território. Mas, acredite: já foi muito pior. A partir de 1987 eles começaram a entrar aos milhares, de uma vez. Mais de 100 aeroportos clandestinos foram abertos em meio à mata e acredita-se que, em 1990, 40 mil garimpeiros haviam invadido. A situação se tornou insustentável e a Terra Indígena Yanomami, que cobre uma área de 96.650 km², na fronteira com a Venezuela, foi homologada em 25 de maio de 1992.

A ironia é que quem assinou o documento foi Jarbas Passarinho, então ministro da Justiça de Collor, que já havia servido à ditadura – tão exaltada por Bolsonaro. O relatório da Comissão da Verdade responsabilizou não apenas o regime militar, mas também o governo do ex-presidente José Sarney pelas invasões. Mas nada disso foi o suficiente para manter a segurança do povo. A chacina de 12 Yanomami por garimpeiros, em 1993, gerou a primeira condenação por genocídio no Brasil. O julgamento do massacre de Haximu durou três anos. Em 1996, Pedro Emiliano Garcia,



Crianças são as que mais sofrem com quadro de desnutrição aguda



Profissional de saúde pesa mulher Yanomami com quadro severo de desnutrição

Eliézio Monteiro Neri, Juvenal Silva, João Pereira de Moraes e Francisco Alves Rodrigues foram condenados por tentativa de extermínio de etnia, e não só por homicídio. Mas, atualmente, os assassinos se vangloriam do que fizeram e ganharam o respeito e a admiração dos demais criminosos.

Um laudo recente da Polícia Federal revelou que quatro rios da Terra Indígena Yanomami têm uma contaminação por mercúrio absurda: 8.600% maior que o permitido. Em 2019, um estudo de pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz) constatou uma contaminação de 56% das mulheres e crianças Yanomami na região de Maturacá, no Amazonas. Não podemos regar hortas, beber água, nem comer peixe de nossos rios. Dá para imaginar morrer de fome e sede na maior concentração de água doce e biodiversidade do planeta? Não é exagero afirmar que a população da capital de Roraima também se encontra já com um grau de contaminação por mercúrio, uma vez que os rios que cortam a TI Yanomami são os mesmos que desaguam no principal rio que abastece a capital Boa Vista.

Bolsonaro está mais próximo de Haia do que imagina. Sua própria obsessão o condena; a compulsão de produzir provas contra si é incalculável. “Torna sem efeito o Decreto de 25 de maio de 1992, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Yanomami”, diz o projeto de decreto legislativo 365/1993, escrito por ele de próprio punho, no estilo lacônico que caracterizou sua passagem pela presidência. Ele, que iniciava seu primeiro mandato, não se deu ao trabalho de inventar uma justificativa qualquer.

O documento foi arquivado e o ex-presidente tentou levá-lo mais três vezes à votação. “A Cavalaria brasileira foi muito incompetente”, afirmou na Câmara, em 16 de abril de 1998. “Competente, sim, foi a Cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema no país”, continuou. Só em 2007 a ideia foi sepultada de vez. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) vai acrescentar o Holocausto Yanomami à denúncia que apresentou em 2021 a Haia, e que está em processo de avaliação. Entre as provas apresentadas há 21 ofícios com pedidos de ajuda dos Yanomami que foram ignorados.

“Estamos apreensivos, para além de nossa própria vida, com a da terra inteira, que corre risco de entrar em caos. Os brancos não temem, como nós, ser esmagados pela queda do céu. Mas um dia talvez tenham tanto medo disso quanto nós!”, alertou um sábio do povo Yanomami, Davi Kopenawa. Muitos já perceberam que o céu já está caindo. Nenhuma pessoa sensata não acredita nas mudanças climáticas e em seus efeitos devastadores. Nós, povos indígenas, ajudamos a sustentar o céu desde tempos imemoriais. Mas há uma minoria que não entende que, quando se mata o indígena, está também matando sonhos e a possibilidade de um futuro. E que vidas indígenas importam.

* **Enock Taurepang**, vice-coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), organização que atua nas 35 terras indígenas de Roraima, atendendo uma população de 58 mil indígenas das etnias Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Saporá, Taurepang, Wai-Wai, Yanomami, Yekuana e Pirititi.

tecem, com uma riqueza cultural imensurável, sua visão de mundo e seu projeto de vida.

Somos cientes da complexidade deste trabalho de investigação, considerando o volume do contingente garimpeiro. Os crimes cometidos, contudo, precisam ser apurados; do contrário, o Estado passaria a mensagem de uma naturalização da violência contra os povos indígenas e de uma impunidade absolutamente inaceitáveis, alimentando as condições para que esta violência continue também em outros territórios.

Medidas sociais e econômicas que favoreçam a inserção e empregabilidade de pessoas envolvidas no garimpo parecem fundamentais. No entanto, estas medidas não poderão ser tomadas em detrimento da necessária apuração dos crimes cometidos contra o povo Yanomami.

É preciso salientar que a configuração social do garimpo hoje é muito mais complexa que décadas atrás. Nunca interessou à elite política de Roraima, que ocupa o poder regional há décadas, a busca de alternativas para estes segmentos sociais, pois sempre defenderam o garimpo como solução econômica para o estado e sempre defenderam apenas seus próprios interesses, mesmo cientes do desastre ambiental e da violação de direitos que o garimpo significava.

Preocupam-nos, por outro lado, declarações públicas de membros do atual governo federal que apontam para soluções que contemplam a persistência desta prática. A possibilidade de concretizar áreas reservadas ao garimpo em Roraima, como anunciado pelo ministro da Defesa, mesmo que “fora das terras indígenas”, mostra a pouca compreensão que se tem sobre o problema.

Esta proposta estava contemplada no projeto de lei de autoria do governo estadual de Roraima, presidido por Antônio Denarium, aprovado pela Assembleia Legislativa do estado em janeiro de 2021 e suspenso um mês depois pelo STF.

Além de autorizar de forma irresponsável o uso do mercúrio, organizações indígenas e a sociedade civil chamaram a atenção para o fato de que a regularização do garimpo “fora da terra indígena” acabaria servindo, de forma evidente, para a lavagem do ouro que continuaria sendo retirado ilegalmente dentro dos territórios indígenas.

Nos surpreende agora que um tema já superado retorne como suposta solução aos problemas econômicos de Roraima – e, neste caso, com a anuência e apoio de membros do novo governo federal. O garimpo nunca foi, nem será, solução econômica para Roraima e apenas irá manter a permanente degradação ambiental, violação de direitos e manutenção dos privilégios de uns poucos.

Entendemos que o atual governo federal precisa manter a firmeza e a coesão, compreender o histórico da região e, sobretudo, escutar com maior profundidade aos povos indígenas e suas organizações.

Destacamos, por fim, que as responsabilidades políticas, civis e criminais deverão ser apuradas com rigor e deverão alcançar os mais altos interesses econômicos e políticos, tanto no âmbito do governo federal anterior como no âmbito do poder Legislativo.

É estarrecedor constatar que aqueles que ocuparam as responsabilidades nos Ministérios de Justiça, Saúde, Meio Ambiente ou Direitos Humanos durante os quatro anos de violência contra o povo Yanomami hoje ocupem lugares na Câmara e no Senado Federal, sem que sejam responsabilizados pela omissão e inação no tempo em que exerciam responsabilidades públicas com competências e atribuições fundamentais.

É inaceitável que deputados federais que sempre defenderam o garimpo e que mantiveram vínculos com o desmando na saúde pública hoje sejam premiados e conduzidos para lugares de poder.

Na abordagem da situação atual da TI Yanomami, há muitas coisas em jogo e não podemos pretender resolvê-las de forma rápida e simples. É necessário atuar com firmeza e somar forças.

Estão em jogo os direitos, os territórios e os projetos de vida dos povos indígenas de Roraima e de todo o Brasil; estão em jogo as possibilidades de que o Brasil supere uma mentalidade predatória e um esquema de privilégios construídos sobre a vida dos povos indígenas e outras comunidades; estão em jogo as condições para pensar uma Roraima diferente, plural, justa, com perspectivas econômicas sustentáveis e próprias; estão em jogo, em síntese, as oportunidades de superar o domínio instalado pelas elites políticas e econômicas deste país. ♦

Igreja de Roraima ficou junto aos povos indígenas contra tudo e contra todos, diz presidente do Cimi

D. Roque Paloschi faz um alerta contra o preconceito, a discriminação e a negativa dos direitos originários dos primeiros habitantes

Por **Luis Miguel Modino Martínez**,
publicado no Instituto Humanitas Unisinos – IHU

As palavras de uma música cantada nas comunidades: “ninguém se engana, ninguém se engana, essa história já começou desumana”, são lembradas por Dom Roque Paloschi ao falar da realidade do Povo Yanomami. Uma realidade que ele conhece de primeira mão, dado que entre 2005 e 2015 foi Bispo da Diocese de Roraima e desde setembro de 2015 até hoje ele é Presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Uma história que “se tornou desumana de uma maneira muito visível, muito concreta, que abalou o mundo, na tentativa do Regime Militar da construção da Transamazônica, aonde houve uma invasão de garimpeiros que exigiu por parte das entidades humanitárias e a igreja um empenho muito grande para a denúncia no exterior em relação ao genocídio que estavam vivendo os povos yanomami”.

O Arcebispo de Porto Velho lembra também da Campanha SOS Yanomami lançada no final da década de 80, “envolvendo muitos setores democráticos no Brasil e entidades ligadas também à defesa dos direitos humanos e à igreja”. Um período que ele define como “uma tragédia humanitária muito grande”, recordando como, com muito sacrifício, o governo conseguiu a retirada dos garimpeiros, que na verdade não saíram totalmente. Inclusive, alguns foram entrando na Terra Yanomami e se apossando de grandes extensões de terra na perspectiva de tomar posse dessas terras.

Ele se refere a um período bastante curto de certa tranquilidade junto às comunidades yanomami em relação ao garimpo. Essa realidade mudou a partir de 2005, com uma presença visível dos garimpeiros, uma situação continuamente denunciada por diversas entidades ligadas aos yanomami, assim como pela igreja de Roraima e o próprio Conselho Indigenista Missionário - Cimi. Garimpeiros “acobertados pelos grandes proprietários e pelo poder político local”, denuncia Dom Roque.

O Presidente do Cimi destaca a importância do reconhecimento e da demarcação das terras yanomami nos anos 1990, na época do Governo Collor, que ele aponta como questão decisiva para a região. Dom Paloschi insiste em afirmar que, mesmo com a Constituição de 88, nos artigos 231 e 232, “sempre foi uma luta em glória a questão da saúde do Povo Yanomami e a questão da educação”. A igreja, com sua missão junto ao Povo Yanomami, “sempre procurou ser essa presença de proximidade e de solidariedade, onde eles precisam ser os sujeitos, os protagonistas da história”, destaca o Arcebispo de Porto Velho.

Em relação ao atual cenário, Dom Roque insiste em que “não é de hoje que as denúncias têm sido feitas em âmbito nacional, Ministério Público, Polícia Federal, tudo quanto é órgão governamental tem sido feito essas denúncias,



Presidente do CIMI caminha com os indígenas

mas,, infelizmente nós chegamos onde chegamos porque os invasores, e também aqueles que garantem a presença dos invasores lá, se sentiam sempre autorizados pelas falas do senhor presidente que deixou o cargo há pouco, e também pela sua equipe de ministros e toda essa frente”.

Dom Roque Paloschi insiste que “pode ser difícil nós vermos essas imagens, mas isto não vem de hoje, isto é uma tragédia já anunciada”. Ele não duvida em afirmar que “nós vivemos num país preconceituoso, discriminatório, aonde queremos negar os direitos originários dos primeiros habitantes dessas terras. Os povos yanomami vivem nessa região há mais de 12 mil anos segundo os estudos, mas nós, porque armamos um arcabouço jurídico, achamos que temos o direito de tirar os únicos direitos que eles têm, os seus territórios, as suas culturas, as suas espiritualidades e o seu modo de viver”.

“O Povo Yanomami, e isso dito por Davi Kopenawa, não é contra o desenvolvimento, os povos indígenas não são contra o desenvolvimento, mas que desenvolvimento é esse, onde queremos destruir a Criação, envenenar a terra, a água e o ar para concentrar riqueza nas mãos de pouco?”, ressalta Dom Roque. Ele destaca que “é mais do que urgente que o Governo Federal com seus diversos ministérios assumam essa responsabilidade pública e não dê trégua até que não se retire o último invasor de todas as terras indígenas, que está sendo uma vergonha para o Brasil, aonde nós estamos negando o direito dos primeiros habitantes dessas terras”.

Bispo da Diocese de Roraima por 10 anos, Dom Roque destaca o tempo em que a diocese coordenou a saúde indígena, sendo pedido com insistência pelos povos indígenas para que a diocese não deixasse de fazer esse trabalho, sendo

abandonado em consequência das grandes dificuldades com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Nesse sentido, ele lembrou que as comunidades sempre perceberam a presença dos missionários e missionárias como “uma presença de quem caminha junto respeitando a cultura, respeitando a espiritualidade, respeitando o modo de vida, respeitando a história”. Dom Roque lembrou as palavras do Papa Francisco aos Bispos com motivo da Jornada Mundial da Juventude em 2013, quando o Santo Padre disse: “A igreja está na Amazônia, não como aqueles que têm as malas na mão para partir depois de terem explorado tudo o que puderam. Desde o início que a igreja está presente na Amazônia com missionários, congregações religiosas, sacerdotes, leigos e bispos, e lá continua presente e determinante no futuro daquela área”.

“Tudo isso tem demonstrado também o grande reconhecimento que a presença dos missionários tem, seja na missão Catrimani como também na missão Xitei, por mais de 20 anos. Infelizmente, não conseguimos mais missionários e missionárias que aceitassem viver naquela região, ficou uma lacuna”, lembra Dom Paloschi.

Algumas pessoas, inclusive entre seus membros, querem desacreditar a postura da igreja, mas Dom Roque Paloschi não duvida em dizer que “a ignorância é a pior coisa, é o pior peso que nós carregamos”. Segundo o Presidente do Cimi, “o povo de Roraima, o povo da região, reconhece a presença da igreja e a opção feita de ficar com os povos indígenas contra tudo e contra todos”, insistindo em que “a igreja ficou junto aos povos indígenas contra tudo e contra todos, e tem pago um preço muito caro, mas não arredou o pé da sua opção de proximidade, de diálogo com os povos indígenas e, sobretudo, empenhando para que eles sejam sujeitos da sua própria história”.

Dom Roque lembra que Dom Aldo Mongiano, Dom Servílio Conti, que instaurou a missão Catrimani, Dom Aparecido José Dias, “sempre mantiveram essa postura de proximidade e não arredar o pé. Foram atacados, caluniados, perseguidos, tiveram segurança, Dom Aldo passou muito tempo com a proteção da Polícia Federal, mas não arredaram o pé de proximidade com os povos indígenas”. Segundo o Arcebispo de Porto Velho, “é só ler a história para perceber a opção que a igreja fez”, insistindo em que “tantos missionários, missionárias, foram perseguidos, caluniados e difamados, mas se mantiveram fiéis à Cruz de Jesus e à Cruz dos povos indígenas”.

“Dizer isso é ignorar a história e é sobretudo querer criar uma polêmica aonde não se reconheceu nunca os direitos dos povos indígenas”, destaca Dom Roque. Por isso não duvida em definir essas atitudes como “maldade e a continuidade das fake news e tentativa de desvirtuar o foco, que é a urgentíssima necessidade de zelar e cuidar da vida dos povos e de toda a Criação”, ainda mais num “cenário de impiedade em relação à questão indígena”. ♦



Foto: Augusta Eulália Ferreira



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

Dom Roque Paloschi e Ernestina Makuxi em procissão no sábado